

(ORG.) CARLOS HENRIQUE SILVA DE CASTRO

cadernos

# DIVERSIDADES & EDUCAÇÃO DO CAMPO

opiniões de campesinos e quilombolas

VOLUME I

ADRIANA ADRIANA ÁGUEDA ALANE ALINA ANNE ÂNGELA  
DALIANA DRIELE EDILAISA ELIAS ELIENE ELISALMA  
EMESON ERENICE GIRLENE HÉLLEN HENRIQUE ISAC  
JHONATAS JOCIENE JOSIANE LEIDIMAR LILIANE LETÍCIA  
MÁRCIO MARIANA MIREIA NÁGILA NAYARA RADIELICA  
ROSIANE STEPHANIE TATIANE VANESA VANÚCIA VINICIUS

(ORG.) CARLOS HENRIQUE SILVA DE CASTRO



cadernos

# DIVERSIDADES & EDUCAÇÃO DO CAMPO

opiniões de camponeses e quilombolas

VOLUME I  
1ª EDIÇÃO  
DIAMANTINA  
UFVJM  
2020

ADRIANA ADRIANA ÁGUEDA ALANE ALINA ANNE ÂNGELA  
DALIANA DRIELE EDILAISSA ELIAS ELIENE ELISALMA  
EMESON ERENICE GIRLENE HÉLLEN HENRIQUE ISAC  
JHONATAS JOCIENE JOSIANE LEIDIMAR LILIANE LETÍCIA  
MÁRCIO MARIANA MIREIA NÁGILA NAYARA RADÍELICA  
ROSIANE STEPHANIE TATIANE VANESA VANÚCIA VINÍCIUS





Este trabalho está licenciado com uma  
Licença Creative Commons  
Atribuição – Não comercial 4.0 Internacional



Com essa licença, você pode copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, conquanto que dê créditos devidos aos autores, na maneira especificada por estes, e que os usos não sejam para fins comerciais.

**Capa:** Carlos Henrique Silva de Castro

**Imagem da capa:** Canvas.com modificada por Carlos Henrique Silva de Castro

**Formatação:** Carlos Henrique Silva de Castro e Emeson Barbosa Porto

**Revisão:** Carlos Henrique Silva de Castro

Elaborado com os dados fornecidos pelo organizador.

C122

Cadernos Diversidades & Educação do Campo: opiniões de campesinos e quilombolas - [recurso eletrônico] / organizador : Carlos Henrique Silva de Castro.– 1. ed. – Diamantina: UFVJM, 2020.  
1 v. 78 p. :il.

Vários autores.

ISBN: 978-65-87258-07-2

Inclui bibliografia

Esta obra faz parte do Programa de Extensão: Aula digital do Laboratório de Produção de Recursos Educacionais Abertos (REA) do curso de Licenciatura em Educação do Campo.

1. Diversidades. 2. Educação do Campo. 3. Educação Quilombola. 4. Opiniões. I. Castro, Carlos Henrique Silva de. II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

**CDD 370.733**

Ficha Catalográfica – Serviço de Bibliotecas/UFVJM  
Bibliotecária Viviane Pedrosa– CRB-6/2641

## SUMÁRIO

Apresentação .....	p. 06
1 A ESCOLA TEM UM PAPEL IMPORTANTE NA PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	
Por Adriana das Dores Silva, Alane dos Santos Baldaia e Alina dos Santos Rocha	p. 07
2. CONHECER PARA RESPEITAR: VISIBILIDADE TRANS	
Por Ângela Gomes Freire e Eliene de Souza Silva	p. 11
3. APROPRIAÇÃO CULTURAL: AÇÃO INCONSCIENTE OU CRIME?	
Por Josiane José Dos Santos e Daliana Dos Reis Silva Oliveira	p. 17
4. AS MULHERES NUNCA SÃO CULPADAS PELO ESTUPRO	
Por Héllen Fernandes Santos e Vanesa Aparecida Euzébio	p. 21
5. EDUCAÇÃO SEXUAL E PROTEÇÃO À VIDA	
Por Isac dos Santos Lopes, Mariana Soares Ferreira e Rosiane Soares Pereira	p. 25
6. O CONSUMO CONSCIENTE, A MODA E O TRABALHO ESCRAVO	
Por Liliane Avelino Caldeira e Vanúcia Gonçalves de Souza	p. 30
7. OS VERDADEIROS DONOS DAS TERRAS	
Por Edilaisa Ramos Pego e Emeson Barbosa Porto	p. 34

- 8. FAMÍLIA PARA ALÉM DOS LAÇOS SANGUÍNEOS**  
Por Letícia Moreira de Matos, Águeda Pereira da Rocha e  
Erenice Rodrigues dos Santos p. 38
- 9 VIOLÊNCIA, FEMINICÍDIO E DIREITOS DAS MULHERES**  
Por: Adriana Alves de Souza, Girlene Barbosa da Silva e  
Stephanie da Silva Barros p. 42
- 10 AS COTAS RACIAIS E A REVOLUÇÃO SILENCIOSA**  
Por Anne Karine Pereira Quaresma e Elias Pereira Xavier p. 47
- 11 AS CONTROVÉRSIAS DO ESTADO LAICO**  
Por Henrique Sena Carneiro, Driele Silva e Mireia Sena p. 52
- 12 FAMÍLIAS LGBTQT**  
Por Jhonatas de Oliveira Frois e Nágila Cristina dos Santos p. 57
- 13 A DITADURA DA BELEZA DA MULHER**  
Por Jociene Gomes dos Santos e Tatiane Rodrigues de Souza p. 63
- 14 ABAIXO A MERITOCRACIA**  
Por Márcio Feliciano e Vinicius Baldaia p. 67
- 15 INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO BRASIL**  
Por Radiélica Rocha de Araújo e Elisalma Maria Ferreira  
Perpétuo p. 71
- 16 O RACISMO E A POBREZA DA POPULAÇÃO NEGRA  
BRASILEIRA**  
Por Leidimar Gomes da Costa e Nayara Pereira Gomes p. 74

## Apresentação

Por Carlos Henrique Silva de Castro

Os textos aqui apresentados são resultado do trabalho desenvolvido a partir da disciplina *Diversidade e Educação*, disciplina de 30 horas ofertada obrigatoriamente para o curso de *Licenciatura em Educação do Campo (LEC)*, em suas duas habilitações, no segundo semestre de 2019, pela *Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)*. A disciplina contou com 43 estudantes, dos quais 39 percorreram todo o processo de reflexão e aprendizagem proposto e são os autores camponeses e quilombolas, originários dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri, Rio Doce e norte de Minas, que aqui trazem suas opiniões.

Os artigos de opinião aqui reunidos, assim, partem de reflexões propostas pela ementa da referida disciplina, a saber: “Debate e reflexão sobre identidade/alteridade, diversidade/diferença e educação em espaços formais e informais. O educador, a escola e as culturas de exclusão: racismo, machismo e fobias sociais. Os espaços educativos, inclusão, empoderamento e opressão. Gênero e diversidade sexual na educação.”

Os 16 textos que compõem esta coletânea foram originalmente publicados no site do projeto *Olhares do Campo: laboratório de comunicação comunitária*, centrado na produção de textos jornalísticos por e para comunidades camponesas, de 13 de janeiro a 24 de abril de 2019. As temáticas, dentro do espectro da diversidade em uma perspectiva decolonial, foram escolhidas pelos próprios estudantes, bem como a organização duplas e trios.

Este caderno, traz, assim, vozes camponesas e quilombolas sobre os seguintes temas: educação sexual, apropriação cultural, cultura do estupro, consumo e trabalho, culturas indígenas, meritocracia, intolerância religiosa, racismo, diferenças de classes, adoção, famílias LGBTQs, visibilidade trans, e tantos outros transversais. Os convido, leitoras e leitores, para lerem essas vozes e conhecerem outros pontos de vista e outras realidades.

## 1 A ESCOLA TEM UM PAPEL IMPORTANTE NA PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Por Adriana das Dores Silva, Alane dos Santos Baldaia e Alina dos Santos Rocha

*A escola tem um papel importante na prevenção da gravidez na adolescência, pois cabe a ela trabalhar temas voltados à saúde e à sexualidade, de modo que construam conhecimentos sobre esses temas tão presentes na vida de todos, além de um acompanhamento contínuo da vida dos estudantes que deveria ser feito por psicólogos, tendo em vista aprovação recente de lei que busca garantir psicólogos nas escolas.*



Fonte: <<https://br.freepik.com/>>

A gravidez na adolescência é um dos motivos que levam as adolescentes a abandonarem os estudos. Em grande medida, essa evasão se dá devido às limitações impostas pela gestação, a necessidade de cuidar do bebê nos primeiros meses de vida e, muitas vezes, a necessidade de trabalhar. Com todas essas novas

demandas, parece natural que essas jovens encontrem muitas dificuldades para retornarem os estudos.

Nesse cenário, a escola tem um papel importante na prevenção da gravidez na adolescência, pois cabe a ela trabalhar temas voltados à saúde e à sexualidade, de modo que construam conhecimentos sobre esses temas tão presentes na vida de todos, além de um acompanhamento contínuo da vida dos estudantes que deveria ser feito por psicólogos, tendo em vista aprovação recente de lei que busca garantir psicólogos nas escolas. Para entender os vieses e perspectivas desse tema no contexto de nossa comunidade, a comunidade quilombola do Paiol, realizamos uma entrevista com a senhora Adriana, que atua como enfermeira e professora na localidade.

Segundo a entrevistada, que participou de formações com o tema saúde da família e trabalhou com cursos técnicos em parceria com o PRONATEC e a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), a escola tem um papel de grande importância na prevenção da gravidez na adolescência que, muitas vezes, leva o aluno ao abandono da escola. Sua opinião baseia-se, sobretudo, à sua experiência com o público dos cursos, formado por adolescentes da periferia, em grande maioria. O objetivo dos cursos que trabalhou sempre foi oferecer assistência e conhecimento a jovens em situação de rua e diminuir a gravidez na adolescência.

Além dessa experiência, como professora de biologia e ciências, áreas que trabalham com a reprodução humana, suas aulas acabam englobando as questões relacionadas à sexualidade como infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e gravidez indesejada. Paralelo a isso, sua escola também atua com trabalhos realizados durante o ano letivo e, com maior destaque, na *Semana Pela Vida*. Nessa semana, toda a comunidade escolar se envolve juntamente às famílias para debater, refletir e construir conhecimentos sobre educação, saúde e sexualidade por meio de palestras, distribuição de panfletos e oficinas todos trabalhos relacionados a esses temas.



É a partir desse local e experiências que a professora Adriana afirma que a escola tem um papel importante na vida do adolescente, uma vez que costuma ser um local de construção de conhecimentos, compartilhamento de informações e costuma ser um território importante na vida da adolescente grávida. Além desses fatores, há o já citado fato de que a gravidez precoce é uma das causas da evasão escolar.

Em conversas com as adolescentes da comunidade quilombola Paiol, entre 10 aos 18 anos, elas relatam o quanto são importantes as palestras que acontecem na escola. Uma estudante da Licenciatura em Educação do Campo (LEC), da UFVJM, relatou que engravidou aos 16 anos, ainda na educação básica; mas que, com o apoio da escola e seus funcionários, não abandonou os estudos. Conta ainda que, a partir da sua gravidez e de outras adolescentes, a escola passou a abordar com mais frequência o tema. Com isso, vem diminuindo o número de grávidas na sua comunidade.

Soma-se a esses relatos, a posição de estudiosos como Dadoorian (2003, p.5)<sup>1</sup>:

*O abandono dos estudos não se dava pela rejeição do colégio à situação da gravidez, mas, sim, por sentimentos ambivalentes das jovens, de vergonha, como que para negar que exercem a sua sexualidade, ou de satisfação pela gravidez, visto que algumas delas relatavam que só queriam "curtir" o filho. A esses fatores emocionais, se junta a falta de estímulo dos pais, que valorizam mais o trabalho, através do qual a jovem poderá ajudar na renda familiar, do que os estudos das filhas. O fato de não concluírem a escolarização traz dificuldades para alcançarem a independência financeira e profissional.*

A atitude da escola frente a essa situação varia bastante. Em geral, as escolas públicas convivem melhor com essa situação do que as escolas privadas.

---

<sup>1</sup> DADOORIAN, Diana. Gravidez na adolescência: um novo olhar: Escola e gravidez na adolescência. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 23, n. 1, Brasília, 2003. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932003000100012>>. Acesso em: 09/01/2020.

Um outro ponto que há de se tocar é a questão da culpa. Dizer que os pais são os únicos responsáveis na prevenção da gravidez na adolescência não é verídico; pois, devido algumas crenças e até desconhecimento, típicos do meio cultural que se vive e, muitos pais não sabem abordar o assunto com os filhos. Motivados pelo senso comum, normalmente construído em base cultural religiosa e conservadora, muitos chegam a crer que tocar no assunto pode estimular a vida sexual precoce dos filhos.

Ou seja: há de se educar pais e filhos.

Nesse sentido, é de suma importância a escola e as famílias trabalhem juntas para prevenir a gravidez na adolescência e as ISTs. Segundo Gurgel<sup>2</sup> (*apud* VILELA, 2019, p. 2), "(...) tanto os pais quanto os professores precisam estar preparados para responderem corretamente às perguntas das crianças. Sem um cuidado específico para lidar com o tema, o ensino fica comprometido".

Entendemos, assim, que a escola e as famílias são fundamentais na vida dos alunos e, portanto, na discussão dos temas de relevância social, tal como saúde e sexualidade, principalmente quando chegam na adolescência, quando a maioria começa sua vida sexual. Adicionalmente, há de se tratar desses temas em todos os meios de comunicação possíveis - tv, internet, rádio, outdoors e afins - para quebrar os tabus que acabam potencializando nossos problemas, a exemplo da gravidez na adolescência, ISTs e evasão escolar.

---

<sup>2</sup> GURGEL, Larissa. **Educação sexual: responsabilidade da escola ou da família?** Disponível em: <<https://www.lumosjuridico.com.br/2019/07/03/educacao-sexual-responsabilidade-da-escola-ou-da-familia/>>. Acesso em: 09/01/2020.

## 2 CONHECER PARA RESPEITAR

# VISIBILIDADE TRANS

Por Ângela Gomes Freire e Eliene de Souza Silva

*A visibilidade trans é uma luta - sobretudo, mas não apenas - das pessoas que não se identificam e não vivem com o gênero identificado no seu nascimento e, por isso são consideradas transexuais. A discussão é complexa e parte, essencialmente, de três pontos: identidade de gênero, orientação afetiva sexual e sexo biológico. São questões que representam vales profundos a serem transpostos pelo olhar de muitos que desconhecem a vida da pessoa transexual.*



Fonte: arquivo pessoal das autoras: concurso de transexuais no Vale do Jequitinhonha - MG

Há transexuais diferentes, desde aquela pessoa que socialmente é reconhecida como homem, mas não se identifica dessa forma e transiciona para o gênero feminino, ou o contrário; até os intersexuais, que nascem com genitália híbrida e são criados com um gênero mas, com o passar dos anos, se descobrem com outro gênero. Assim, o transexual é aquele que não se identifica com o

gênero que a sociedade reconhece a partir do seu órgão genital biológico, o que pode acontecer com homens (trans) e mulheres (trans). Ao contrário dos homens e mulheres cisgêneros, que sua identificação de gênero tem correspondência biológica com sua identidade de gênero. Em resumo, se aquele que não se identifica com seu sexo biológico é transgênero, o que se identifica é cisgênero.

As mulheres trans, sempre à margem da sociedade, são comumente chamadas de travestis e cercadas de estereótipos. Os homens, por sua vez, são facilmente confundidos com lésbicas. Adicionalmente, a expectativa geral é que essas pessoas sejam heterossexuais, ou seja, uma mulher trans deve se atrair eroticamente por um homem. No entanto, da mesma forma que mulheres cisgênero podem sentir atração por mulheres cisgênero, uma mulher trans também pode se atrair por outra mulher, cisgênero ou transgênero; o que acontece também com os homens. Sem conhecermos todas essas questões, criamos uma série de estereótipos e, conseqüentemente, preconceitos. Daí a necessidade de trazer o tema à tona.

Em 29 de janeiro de 2004, foi dado, no Congresso Nacional, o grande pontapé para tornar público uma Campanha denominada "Travesti e Respeito", promovida pelo Ministério da Saúde através do Departamento que, naquele momento, era responsável por DSTs, AIDS e Hepatites. Foi nessa campanha que aconteceu a primeira parada do orgulho trans de nível nacional, idealizada e organizada pelas próprias trans para a promoção do respeito e da cidadania. Desde então, a data não é somente lembrada, mas comemorada por ativistas travestis, transexuais, gays, lésbicas e parceiros em geral, com diversas ações de visibilidade positiva dessa população. São ações como essas que aumentam a visibilidade, o reconhecimento, a quebra de estereótipos; além de reforçar a luta ao direito à existência das pessoas trans, enquanto cidadãos com seus direitos garantidos, como identidade e auto-reconhecimento.

Mas afinal o que é ser trans no Brasil? Segundo estatísticas da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2018), no

país, 90% das travestis só encontram trabalho no mercado informal, preferencialmente na prostituição; 85,7% desta população já pensaram em suicídio ou já cometeram algum ato decorrente de agressão física e psicológica. Normalmente, apresentam perda dos vínculos familiares, que lhes tratam com transfobia e, não raro, as rejeitam e até expulsam de casa. De acordo com a ANTRA, em 2017, estima-se que treze anos de idade é a média em que travestis e transexuais são expulsas de casa pelos pais. No que se refere à educação, o resultado desse tratamento é que apenas cerca de 0,02% de pessoas trans chegam à universidade, sendo que 72% não possuem o ensino médio e 56% não possuem o ensino fundamental.

Segundo o mapa da ANTRA (2018), estima-se, ainda, que aproximadamente 82% da população de travestis e transexuais evadem da escola, acuadas pelo preconceito, como do discurso religiosos que as demonizam e desumanizam. O bullying costuma ser constante com exposição a situações vexatórias e humilhantes, que as violentam desde o impedimento ao uso de banheiro até o desrespeito ao nome social e sua identidade de gênero.

Segundo dados da Organização Não-Governamental Transgender Europe (TGEU)<sup>3</sup>, o Brasil é o país no qual mais se registram assassinatos de pessoas trans no mundo, particularmente das travestis e mulheres trans, configurando uma série de crimes de ódio, nos quais é comum não apenas matar, mas também torturar, mutilar, esquartejar e descartar o corpo, ou o que resta dele, em esgoto ou lugares mais ermos.

Na luta pela visibilidade e pelo respeito, em Minas Gerais, pode-se citar, pelo menos, dois grandes exemplos que ajudam na luta por direitos e desconstrução dos estereótipos que levam ao preconceito e ao ódio: as professoras Duda Salabert e Fayla Pereira.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-segue-no-primeiro-lugar-do-ranking-de-assassinatos-de-transexuais-23234780>>. Acesso em 01/02/2020.



*Duda Salabert em foto de sua conta pessoal em rede social:  
<<https://twitter.com/dudasalabert>>*

A primeira chegou a disputar uma vaga ao senado por Minas Gerais em 2018 e recebeu mais de 300 mil votos no estado, tendo como principal bandeira as causas da população trans, a educação e a ecologia. Em uma palestra na UFVJM em 2018, Duda chamou atenção sobre as crueldades em que alguns travestis são assassinados, com casos até de estupro com galhos e paus. Mas mais do que das palestras, Duda mantém uma ONG em prol da população trans que começou como cursinho preparatório para o ENEM, a Transvest que hoje atua em diferentes frentes.

Já Fayla Pereira vêm da cidade de Jequitinhonha, região do médio Vale. Aliada a suas companheiras, assumiram a organização e promoveram quatro edições de seminário *LGBT do Vale do Jequitinhonha*, desde 2009, evento promovido pelo Programa Pólo de Integração da UFMG no Vale do *Jequitinhonha* e pelo Nuh -

Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT. De acordo com matéria da UFMG<sup>4</sup> sobre o evento.

A iniciativa tem o foco de estimular a organização e a consolidação do movimento LGBT na região, com vistas a uma atuação politicamente relevante. A programação contou com discussão de temas como história, identidade, saúde, direitos humanos e homofobia. As mesas de debate compostas por políticos, profissionais e estudiosos do tema.

Pensar esses exemplos, somados a outros no país, no faz pensar o quanto se lutou e se avançou, mesmo diante da barbárie que ainda se vê. Foram conseguidos avanços para a cidadania trans, como o reconhecimento do direito à autodeterminação de gênero que hoje pode ser conseguida por meio de retificação de registros civis sem necessidade de judicialização; além da importante decisão do STF de equiparar os crimes de transfobia e homofobia ao crime de racismo<sup>5</sup>.

Apesar dos avanços, os dados apontados pela ANTRA (2018) mostram a hostilidade em que vivem. Para melhorar o cenário, de imediato, os governos devem facilitar a criação de espaços de convivência, acolhimento, trabalho, orientação e diálogo às desamparadas. Para mais dignidade e respeito, a médio e longo prazo, deve-se investir em ações como atividades que envolvam conhecimento de leis e trâmites judiciais para plena defesa, de defesa, combate ao ódio e ao preconceito por meio de debates em diversas instâncias, de escolas, programas de TV, pesquisas, famílias e outros espaços. Só assim, ações afirmativas podem chegar a debates públicos. É preciso caminhar e abrir mais portas, provocar reflexões sobre o tema não apenas no mês da visibilidade trans, mas no debate diário, para que as pessoas cisgêneras se tornem mais humanas e, como isso, reconheçam a humanidade das

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.ufmg.br/online/arquivos/013673.shtml>>. Acesso em 01/02/2020.

<sup>5</sup> Disponível em:

<<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADO26votoMAM.pdf>>. Acesso em 01/02/2020.

pessoas trans, o que certamente permitiria um convívio mais pacífico.

Estamos vivendo em uma sociedade em que a cada dia o amor ao próximo se distancia mais e mais. Como resultado, o respeito ao próximo também está se distanciando. Cremos que muito pelas expectativas de que sejamos de certa forma fixa, padronizados e com limites, como que guardados em caixas, que muitas vezes não nos cabem de maneira minimamente confortável. Por tudo isso, é que se chega à conclusão de que antes de julgar uma pessoa trans, por sua masculinidade, feminilidade ou qualquer outro estereótipo, deve-se conhecer para respeitar.



### 3 APROPRIAÇÃO CULTURAL: AÇÃO INCONSCIENTE OU CRIME?

Por Josiane José Dos Santos e Daliana Dos Reis Silva Oliveira



Fonte: <<https://pixabay.com>>

Vivemos em uma sociedade muito preconceituosa e desigual. Apesar desse cenário, existem hoje muitas leis, conquistadas por meio de lutas dos movimentos sociais, que buscam dar voz e justiça aos oprimidos da nossa sociedade. Porém, sabemos que não bastam somente a existência de leis, é preciso também despertar a consciência das pessoas que praticam esses atos de opressões e se julgam corretas, ou que ainda nem se quer sabem que os seus atos estão ferindo alguém ou alguma cultura. Dentre as diversas violências existentes, a apropriação cultural é o tema abordado neste artigo. Conforme a colunista Stephanie Ribeiro<sup>6</sup>:

O processo de apropriação é quando se tira o sentido de alguns símbolos, em especial os religiosos, se desumaniza os indivíduos dessa cultura e se entende que os mesmos

símbolos quando usados por eles não têm valor. Alimentasse os estereótipos racistas e, claro, se obtém lucros sobre esses símbolos sem o consentimento dos membros da cultura apropriada. Não falaríamos sobre apropriação cultural se houvesse respeito a todas as culturas da mesma forma, e, claro, se as pessoas entendessem que determinadas culturas e seus símbolos só podem ser usados caso haja consentimento ou ligação com essa cultura. (2017)

Cometemos a apropriação cultural quando usamos a cultura de um outro grupo somente em benefício próprio - como para fins lucrativos - e não damos nenhuma devolutiva para o grupo que está sendo usado. Dessa forma, o opressor consegue benefícios tomando posse de uma cultura que não é sua. No entanto, podemos nos perguntar: por que o oprimido não consegue que sua cultura seja reconhecida ou gere algum lucro? Por que não se associam? As respostas são várias. Primeiramente, a questão nem sempre envolve dinheiro. Em segundo lugar, nem sempre há interesse do poder econômico de se associar a pequenas comunidades, por exemplo.

O site Mega Curioso, em matéria de 2016<sup>7</sup>, relata uma polêmica envolvendo o uso de turbantes por pessoas brancas. Segundo o site, *"o turbante, que é uma cultura africana, quando é usado por pessoa branca é "tudo muito lindo" mas se quando é usado por pessoa negra é discriminada chamada até de macumbeira"*. Dessa forma, os brancos que se apropriaram da cultura do uso do turbante acabam se beneficiando as custas dessa cultura que é originalmente africana; o que demonstra, dentre outras coisas, o quão racista é a sociedade.

---

<sup>6</sup> RIBEIRO; Stephanie. **Afinal o que é apropriação cultural?** Geledes, 2017. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/stephanie-ribeiro-afinal-o-que-e-apropriacao-cultural/>>. Acesso em 16/01/2020.

<sup>7</sup> MEGA CURIOSO. **20 fatos para você entender o que é apropriação cultural**, 2016. Disponível em: <<https://www.megacurioso.com.br/polemica/98787-20-fatos-para-voce-entender-o-que-e-apropriacao-cultural.htm>>. Acesso em 16/01/2020.

Entre outros exemplos de apropriação cultural, há algumas músicas feitas pelos negros que viraram sucesso nas vozes dos brancos, sendo que poderiam ser sucesso com os verdadeiros criadores se não fosse o preconceito racial. Ainda segundo o site Mega Curioso, na mesma matéria citada:

*Um exemplo clássico de Apropriação Cultural foi o que aconteceu nos EUA nos anos 50, quando os músicos brancos "tomaram emprestado" estilos musicais dos negros. O problema é que, como a comunidade afrodescendente sofria forte opressão por parte da branca, as gravadoras preferiram ter artistas brancos interpretando as canções originalmente compostas por negros. Assim, formas musicais como o rock'n'roll, por exemplo, acabaram sendo associadas a músicos brancos, embora elas tenham sido desenvolvidas a partir de estilos musicais criados pelos negros. E isso teve graves consequências financeiras também, já que muitos dos artistas negros que ajudaram a pavimentar o sucesso do rock jamais receberam um único centavo por sua contribuição. (2016)*

Com isso, podemos perceber que a apropriação cultural é imposta muitas vezes pela sociedade, onde os consumidores, muitas vezes, não têm consciência dessa realidade. Todos os exemplos citados são imorais, mesmo que seja difícil enquadrá-los como crimes, pois está se roubando a cultura e fazendo lucro com isso em detrimento de um grupo que fica sempre às margens. Com isso, confirma-se o famoso ditado de que o rico fica cada vez mais rico e o pobre cada vez mais pobre.

No entanto, nem sempre a apropriação cultural é intencional ou danosa, pois corremos o risco de cometer atos de apropriação cultural sem saber realmente que estamos desrespeitando alguma cultura. Para melhor entendermos todos esses processos e possamos evitar injustiças, é necessário que este tema da apropriação cultural seja debatido inicialmente nas escolas, pois a partir de lá os estudantes propagarão seus conhecimentos nas comunidades. Apesar de ser desafiador trabalhar com tal tema, é preciso que o professor aproveite brechas para inseri-lo na sala de aula.

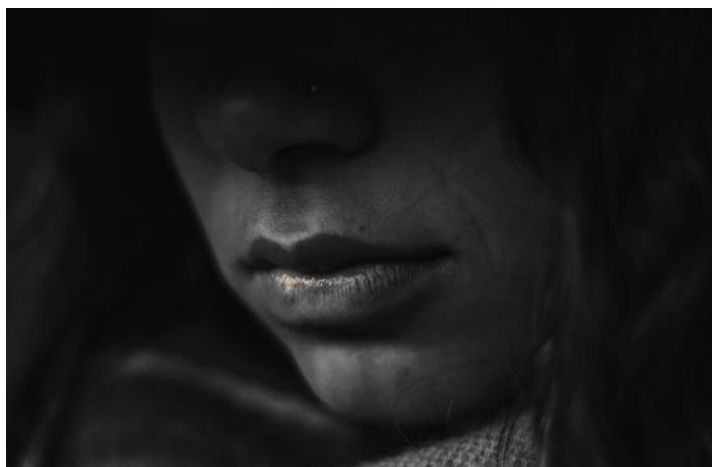
A formação do professor também contribui bastante para que ele esteja aberto a trabalhar com a perspectiva de uma educação que dialogue mais com o contexto do estudante; assim como a educação do campo, onde tem-se a preocupação de formar profissionais críticos e comprometidos em atuar em uma educação que faça a diferença e dialogue com a realidade dos estudantes. Contudo, a apropriação cultural está presente em nosso meio e muitas vezes ela passa despercebida por falta de conhecimento sobre o tema, onde há pessoas que a cometem e nem sabem que estão se apropriando de uma cultura inadequadamente.

Portanto, é necessário ter consciência sobre o tema para não cometermos a apropriação cultural e para saber também se não há pessoas se apropriando da nossa cultura. Pois a partir do momento em que tomamos consciência de que determinadas ações que estão sendo exercidas podem ser danosas é que tomamos atitude para lutarmos pelos nossos direitos. Assim como o reconhecimento de que a apropriação cultural é crime.

## 4 AS MULHERES NUNCA SÃO CULPADAS PELO ESTUPRO

Por Héllen Fernandes Santos e Vanesa Aparecida Euzébio

*De acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)<sup>8</sup>, em 2014, 26% dos brasileiros concordavam com a ideia de que mulheres que usam roupas que mostram o corpo mereciam ser atacadas. Mas embasadas em pesquisas de toda ordem - psicologia, sociologia, antropologia - além do óbvio, defendemos que não é de fato por causa das roupas que as mulheres vestem que esse tipo de coisa acontece.*



Fonte: <pixabay.com>

O presente artigo versa sobre a cultura do estupro e tem como objetivo, como adianta o título, demonstrar como se sustentam os comportamentos e costumes discriminatórios contra a mulher no Brasil. Busca-se, sobretudo, deixar claro que a vítima, seja ela quem for, nunca é a culpada. O estupro é um crime tipificado no Código Penal Brasileiro, em seu artigo 213, na redação dada pela

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,uma-mulher-e-violentada-a-cada-11-minutos-no-pais,10000053690>>. Acesso em 01/06/2019.

Lei nº 12.015 de 2009, estupro é: "constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso". Segundo noticiaram vários canais de mídia<sup>9</sup>, os números do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), organização não governamental (ONG) de pesquisa e estatística sobre a violência no País, dão conta de que a cada 11 minutos, uma mulher é estuprada é estuprada no país.

Além de ser violentada, a mulher que é vítimas carrega sobre si a culpa que a sociedade joga em cima de si. De acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)<sup>10</sup>, em 2014, 26% dos brasileiros concordavam com a ideia de que mulheres que usam roupas que mostram o corpo mereciam ser atacadas. Mas embasadas em pesquisas de toda ordem - psicologia, sociologia, antropologia - além do óbvio, defendemos que não é de fato por causa das roupas que as mulheres vestem que esse tipo de coisa acontece.

Sobre esse argumento das roupas que provocam, foi realizada uma exposição na Bélgica em 2016, na cidade de Bruxelas, com o objetivo de quebrar o mito da culpa das mulheres<sup>11</sup>. Na exposição viam-se roupas que as mulheres e crianças usavam no dia em que sofreram a violência sexual e, quase que invariavelmente, as vítimas utilizavam roupas de "certa compostura" como calças compridas, blusas discretas e até mesmo de frio, pijamas e camisetas largas.

Desculpas são criadas a todo tempo para não culparem os homens pelo ato. Assim como a exposição na Bélgica citada acima, a Índia também é um país que sofre com a violência sexual. Segundo a ONU (Organização das nações unidas), no ano de 2018, a Índia foi eleita como o pior lugar para uma mulher viver, sobretudo pelos altos

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://www.forumseguranca.org.br/>>. Acesso em 01/06/2019.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/04/ipea-diz-que-sao-26-e-nao-65-os-que-apoiam-ataques-mulheres.html>>. Acesso em 01/06/2019.

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-42643532>>. Acesso em 01/06/2019.

índices de violência<sup>12</sup>. Mesmo a Índia estando no grupo das vinte nações mais ricas do mundo, as vítimas de estupro vestem, normalmente, roupas tradicionais usadas no país como a Burca, que é um lenço usado no ombro para cobrir a cabeça o colo e os seios; e o sári, que é feito a partir de um longo tecido com 6 metros de comprimento todo enrolado ao corpo da mulher. E há pessoas ainda dizem que a culpa é da mulher por usarem roupas curtas. Se isso fosse um fato, o ranking de casos de esturpadores nas praias, nas quais se encontram mulheres de biquínis, seria maior.

Há ainda o argumento da necessidade hormonal, como se homem não se controlasse, algo que soa meio animal, mas que muitos dizem crer. A esse respeito, a Psiquiatra Ahika Yuksel, em uma entrevista para a BBC News<sup>13</sup> no ano 2015, afirma que "(...) é completamente errado supor que homens esturpam por necessidades hormonais, um homem na rua não estupra uma mulher de qualquer jeito". Sabendo que é algo impróprio, eles tendem em fazer secretamente. Ou seja, trata-se de algo racional. Adicionalmente, a maioria dos homens que esturpam têm personalidade e aparência tidas como normais e podem enganar muitas pessoas, pois aqueles que possuem uma personalidade doentia ou anormal não são maioria.

Diante de todo o exposto, será mesmo preciso ensinar as mulheres a se comportarem adequadamente e não vestirem roupas provocativas ou até não andarem sozinhas par evitar o estupro? Não! Porque a culpa não é das mulheres. Ao contrário, é necessário ensinar homens a respeitar os corpos do sexo aposto, independente da maneira em que esteja vestida ou não.

Assim, culpar as mulheres é um grande erro de percepção que envolve uma educação sexista. Uma mulher tem direito de andar como quiser, assim como toda a sociedade, de frequentar qualquer tipo de lugar que desejar como garante a constituição, da forma

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/estes-sao-os-piores-paises-do-mundo-para-mulheres/>>. Acesso em 01/06/2019.

<sup>13</sup> Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/190217\\_gch\\_mente\\_estuprador\\_aa\\_cc](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/190217_gch_mente_estuprador_aa_cc)>. Acesso em 01/06/2019.

que achar conveniente e isso não dá o direito ao homem de estuprá-la.

A questão do estupro precisa ser mais dialogada nas comunidades em geral, principalmente nas instituições escolares. É preciso, antes de tudo, fazer valer os direitos humanos e as leis que nos regem. É preciso, ainda, conscientizar a população, principalmente os homens. Não menos importante, é preciso incentivar também as mulheres a denunciarem os agressores, mesmo que anonimamente, pelo Disque 180. Não é sobre conscientizar as mulheres para não serem estupradas, é ensinar os homens a não estuprarem.



## 5 EDUCAÇÃO SEXUAL E PROTEÇÃO À VIDA

Por Isac dos Santos Lopes, Mariana Soares Ferreira e Rosiane Soares Pereira

*Toda a polêmica envolvendo o assunto deve levar a público esclarecimentos sobre a real importância de se trabalhar a educação sexual nas escolas que está, principalmente, ligada à proteção da vida. A temática permite, tanto um entendimento melhor das pessoas sobre processos do desenvolvimento de seus corpos e suas mentes, quanto permite um conhecimento sobre a diversidade sexual existente na terra e outras questões de sexualidade de fato.*



Fonte: <pixabay.com>

Nos últimos anos cresceram muito as discussões sobre a presença da educação sexual nas escolas. As discussões, que pareciam questão já resolvida, envolvem tanto a relevância da temática nas salas de aulas e em outros espaços das escolas, quanto o fato de ser moralmente correto ou incorreto levar tal temática a estudantes em fase de formação. Além do que já vem sendo discutido sobre a faixa etária adequada para que o estudo da temática, há quem defenda que o tema precisa estar presente desde a educação infantil com argumentos de que o conhecimento

é importante; mas também os que defendem que se deve esperar certa maturidade dos os estudantes, pois assim o choque será menos. No geral, os argumentos do último grupo desconhecem ou desacreditam na necessidade de que os estudantes tenham plena formação e entendimentos sobre seus desenvolvimentos corporal e psicológico. Normalmente, os grupos contra a educação sexual costumam ser calcados em crenças religiosas extremamente conservadoras que relacionam, frequentemente, tais conhecimentos com práticas pecaminosas.

Toda a polêmica envolvendo o assunto deve levar a público esclarecimentos sobre a real importância de se trabalhar a educação sexual nas escolas que está, principalmente, ligada à proteção da vida. A temática permite, tanto um entendimento melhor das pessoas sobre processos do desenvolvimento de seus corpos e suas mentes, quanto permite um conhecimento sobre a diversidade sexual existente na terra e outras questões de sexualidade de fato. Esses conhecimentos permitem, também, uma vida com menos preconceito e intolerância no que tange à sexualidade e à diversidade. Assim, a educação sexual se mostra indispensável em um país como o Brasil, que possui altas taxas de gravidez precoce, muitos crimes por homofobia, altos números de transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, dentre outros problemas, que podem ser amenizados com o acesso à informação.

Deve-se considerar, diante do cenário, que a educação sexual nas escolas é parte indispensável para o desenvolvimento e aprendizado da criança e adolescente. Nesse sentido, o tema sexualidade deve estar presente nos processos de aprendizagem por meio de ações que contemplem toda a comunidade e com metodologias que dialoguem com as necessidades e vivências dos educandos.

Uma educação que trate de forma adequada as questões de sexualidade contribui, assim, para o direito que a criança tem ao desenvolvimento sobre seu corpo e ao conhecimento, como traz a Declaração dos Direitos Sexuais como Direitos Humanos Universais, documento construído e aprovado durante o XV Congresso Mundial de Sexologia, realizado na China em 1999 (p.1):

A sexualidade é uma parte integral da personalidade de todo ser humano. Seu desenvolvimento pleno depende da satisfação de necessidades humanas básicas como desejo de contato, intimidade, expressão emocional, prazer, ternura e amor. A sexualidade é construída através da interação entre o indivíduo e as estruturas sociais. O desenvolvimento pleno da sexualidade é essencial para o bem-estar individual, interpessoal e social. Os direitos sexuais são direitos humanos universais baseados em liberdade, dignidade e igualdade entre os seres humanos dado que a saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual deve ser um direito humano básico. Para assegurarmos que os seres humanos das sociedades desenvolvam uma sexualidade saudável, os seguintes direitos humanos devem ser reconhecidos, promovidos, respeitados e defendidos por todas as sociedades, de todas as maneiras.<sup>14</sup>

**Nota-se, a partir dos contornos sociais e psicossociais apontados na citação, que a educação sexual é urgente e as escolas devem contribuir com a proteção da vida. Segundo Larissa Darc (2018)<sup>15</sup>:**

Esse ano, a OMS (Organização Mundial da Saúde) divulgou um relatório que mostra que o Brasil tem gravidez acima da média latino-americana quando se trata de mães jovens. O levantamento indicou que a cada mil garotas, a taxa é de 68,4 que se tornam mães antes dos 20 anos. (DARC, 2018)

**Outro ponto importante são as famílias, que em sua maioria, não cumprem o papel de educar as crianças sobre a sexualidade, e sem um diálogo aberto entre responsáveis e filhos a discussão não se amplia. Sendo assim, resta à escola cumprir este papel. Em matéria**

---

<sup>14</sup> FREITAS, Hyndara. Educação é o melhor contraceptivo: Brasil tem piores índices de educação sexual da América Latina. O Estado de São Paulo. Estadão, janeiro de 2017. Disponível em <<https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,educacao-e-o-melhor-contraceptivo-brasil-tem-piores-indices-de-educacao-sexual-na-america-latinna>>. Acesso em 21/11/2019.

<sup>15</sup>DARC, Larissa. Porque é importante falar de educação sexual nas escolas. Ponte, novembro de 2018. Disponível em: <<https://ponte.org/por-que-e-importante-falar-de-educacao-sexual-nas-escolas/>>. Acesso em 16 de janeiro de 2019.nna.> Acesso em 21/11/2019.

para o jornal O Estadão, a psiquiatra e criadora do Programa de Estudos em Sexualidade da Universidade de São Paulo (USP), Carmita Abdo, em artigo de Freitas (2017)<sup>16</sup> destaca que:

Na medida em que não existe educação sexual na família, então caberá à escola essa tarefa que é muito importante no desenvolvimento da criança, quando ela começa a entrar em contato com a sua sexualidade, com o interesse pelo corpo, pelas funções de cada órgão, entre eles, os órgãos sexuais.

A educação sexual contribui, assim, para ensinar as crianças a cuidarem de seus corpos e a denunciarem possíveis abusos sexuais. No momento que a criança já conhece seu corpo, ela entende o que pode ser considerado certo ou errado no seu cotidiano.

Uma terceira questão sobre o quão fundamental é a educação sexual na escola é a conscientização dos/as adolescentes e jovens sobre a necessidade do uso de métodos contraceptivos e de proteção no ato sexual - como camisinhas, anticoncepcionais, PrEP, PEP, outros - contra doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada, problemas que afetam pessoas de diferentes orientações sexuais. Como podemos notar em uma matéria de Pinho (2018)<sup>17</sup>:

Os dados de transmissão de infecções sexualmente transmissíveis também são alarmantes: nos últimos 10 anos, o número de novos casos de HIV diagnosticados no país quase que triplicou entre os jovens de 15 a 24 anos".

Outro fato preocupante é a alta taxa de violência sexual contra crianças e adolescentes, na maioria dos casos, dentro das famílias, assim como as manifestações do machismo. Nesse caminho, a

---

<sup>16</sup> Durante o XV Congresso Mundial de Sexologia, ocorrido em Hong Kong (China), entre 23 e 27 de agosto p.p., a Assembléia Geral da WAS - World Association for Sexology, aprovou as emendas para a Declaração de Direitos Sexuais, decidida em Valência, no XIII Congresso Mundial de Sexologia, em 1997.

<sup>17</sup> PINHO, Ângela. **Alvo de Bolsonaro, educação sexual mira de doenças a gravidez precoce**. Folha de São Paulo, dezembro de 2018. Acesso em 15 de agosto de 2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/12/namira-de-bolsonaro-educacao-sexual-mira-de-doencas-a-gravidez-precoce.shtml>>WAS. World Association Sexology. Declaração dos Direitos Sexuais como Direitos Sexuais. Hong-Kong: WAS, 1999.

educação sexual é vista como um caminho para se combater tais práticas de violações.

Mesmo diante de tantos argumentos importantes, na contramão do discurso científico, vemos o discurso do presidente atual do nosso país, Jair Bolsonaro, que desqualifica o ensino de educação sexual nas escolas. Como podemos observar numa matéria da Folha de São Paulo, de janeiro de 2019<sup>18</sup>, o jornalista Paulo Saldaña aponta que o Presidente da República teria dito que: "A escola não é pra aprender a fazer sexo. Quando o pai bota o filho na escola, quer que ele aprenda alguma coisa que vá o garantir um bom emprego e um bom patrão". Portanto, longe de concordar com essa fala desqualificada do presidente, a escola deve sim ensinar sobre o corpo e sexualidade, o que é muito diferente de ensinar o ato sexual. Além de trabalhar corpo e sexualidade com os alunos, a escola também deve se preocupar com a qualificação dos professores, para que realizem um trabalho eficiente e contextualizado. O professor deve, também, preparar o aluno para a vida e, sobretudo, para uma vivência saudável em sociedade, para que sejamos livres de violências e abusos, de doenças e de gravidez não desejadas e outras mazelas que vem junto com ações imprudentes. Isso é proteção e defesa da vida.

Frente a realidade apresentada, se vê como possibilidade para a melhoria do cenário a realização de diversos debates em diferentes espaços educacionais. Tais debates devem ser realizados com os pais e responsáveis por crianças e adolescentes juntamente à classe de professores e mestres de diferentes saberes, como psicólogos, assistentes sociais e médicos, e assim abordar de forma coerente, métodos que contribuirá para proteção da vida.

---

<sup>18</sup> SALDAÑA, Paulo. **Maioria no país defende educação sexual e discussão sobre política nas escolas**. Folha de São Paulo, janeiro de 2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/maioria-no-pais-defende-educacao-sexual-e-discussao-sobre-politica-nas-escolas.shtml>>. Acesso em 21/11/2019

## 6 O CONSUMO CONSCIENTE, A MODA E O TRABALHO ESCRAVO

Por Liliane Avelino Caldeira e Vanúcia Gonçalves de Souza

*O trabalho escravo é um fenômeno mais amplo do que se imagina. É fácil encontrar notícias de uma realidade que boa parte das pessoas desconhece ou imagina ser possível nesse mundo globalizado, o trabalho escravo nos bastidores da indústria fashion. Para uma prestação de serviços mais barata, muitos atentam contra a dignidade do ser humano, até com a restrição de liberdade, o que deve ser compreendido como uma violação aos direitos humanos e do trabalhador.*



Fonte: <pixabay.com>

Historicamente, o Brasil é um país que foi construído a partir do trabalho escravo e, mesmo com a abolição da escravatura, ainda se encontram em diversos setores pessoas trabalhando em regime

análogo a escravidão. Algumas notícias de jornal dão conta que o trabalho escravo atinge tanto o ambiente rural quanto o urbano<sup>19</sup>.

No mundo da moda não é diferente e diversas grifes de luxo, como a grife Animale que, segundo o site Brasil Repórter, vendia suas peças fabricadas por trabalho escravo, a R\$5,00, por um preço final de R\$ 698.00. O escravismo no mundo da moda é o segundo setor no ranking de trabalho escravo<sup>20</sup>.

A partir da década de 1980, a indústria da moda criou um novo padrão de consumo, sustentado com baixo custo de produção, com vendas rápidas e preços atrativos, as fast fashion. Esse nome foi dado a uma nova maneira de consumir da moda, no qual as empresas que trabalham neste modelo observam o que as pessoas estão consumindo das marcas renomadas e fabricam em larga escala modelos parecidos, porém com qualidade inferior e mão de obra barata. Para esse esperado baixo custo, muitas vezes utilizam de trabalho escravo ou análogo à escravidão.

Quem se submete? Como isso se dá? Muitas empresas utilizam da vulnerabilidade econômica dos cidadãos menos escolarizados e de imigrantes para explorá-los. Um fator que auxilia esse processo é a terceirização da produção; pois nossas leis permitem relações nas quais os donos das lojas muitas vezes se eximem de responsabilidade e os consumidores, por sua vez, não têm acesso às informações de como essas peças foram confeccionadas.

De acordo a Comissão Pastoral da Terra<sup>21</sup>, de 1995 até 2018 foram realizadas, no Brasil, 40 mil fiscalizações de resgate no setor têxtil e ainda assim temos pessoas sendo exploradas no mundo da moda.

---

<sup>19</sup> Disponível em:

<<https://www.portalt5.com.br/noticias/brasil/2019/1/181916-trabalho-escravo-urbano-ultrapassa-casos-no-campo-em-2018>>. Acesso em: 15/09/2019.

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://mabelleitrine.com/index.php/2019/01/28/o-trabalho-escravo-no-mundo-da-moda/>>. Acesso em: 15/09/2019.

<sup>21</sup> Disponível em:

<<https://vogue.globo.com/Apresenta/noticia/2018/10/precisamos-falar-sobre-trabalho-escravo-na-moda.html>>. Acesso em: 15/09/2019.

Um grande varejista autuado, segundo o site Em Discussão<sup>22</sup>, foi a rede de lojas Pernambucanas. Nesse caso, 16 bolivianos foram encontrados com jornada exaustiva de trabalho de 14 horas, servidão por dívida, alojamento inadequado, falta de fornecimento de boa alimentação e água potável.

As empresas autuadas negam envolvimento com o trabalho escravo na confecção das suas peças de roupas e afirmam que respeitam as obrigações contratuais com seus clientes e que forneceram todas informações que lhe são solicitadas. Acrescentam também que fazem vistorias frequentes nas empresas que contratam, porém não é isso que a fiscalização de resgate de trabalho escravo comprova ao realizar a verificação das denúncias.

De acordo o Código Penal, Decreto-Lei 2848/40 de 07 de dezembro 1940, o que caracteriza o trabalho escravo no Brasil é: o trabalho forçado, servidão por dívida, condições degradantes no ambiente de trabalho e jornada exaustiva de trabalho. Segundo a Carta Capital<sup>23</sup>, a ONU apresentou um relatório que diz que no Brasil, em 2018, havia quase 370 mil pessoas que se encontravam em regime escravocrata. Na contramão de solucionar o problema, leis continuam a ser criadas para tirar mais direitos do trabalhador, o que aumentará a exploração, a exemplo das reformas trabalhista e da previdência.

Da parte do cidadão, devemos questionar como foram confeccionadas nossas roupas e de onde elas vieram. Temas como esse expõem uma das linhas mais obscuras do escravismo e precisa ser conhecido por todos, buscando caminhos para conscientização desde a infância, pois trabalho escravo é crime. Sabemos que esse processo de conscientização é lento e que temos que construí-lo aos poucos, pois faz parte da cultura brasileira não questionar de onde vem os produtos que consomem. Nesse processo, a escola

---

<sup>22</sup> Disponível em:

<<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/trabalho-escravo/casos-atuais-de-escravidao/lojas-pernambucanas.aspx>>. Acesso em: 04/07/2019.

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/com-370-mil-escravos-modernos-brasil-lidera-ranking-na-america-latina/>>. Acesso em: 04/07/2019.



pode ajudar na conscientização e auxiliar no combate ao trabalho escravo abordando esse tema com os estudantes, desde os anos iniciais até a sua formação.

Como futuras educadoras, pensamos que a escola é um agente importante para a conscientização sobre o consumo consciente no contexto da moda ou quaisquer outros contextos. Acreditamos que uma população consciente irá questionar, refletir, valorizar a forma de produção. O consumo consciente é uma forma de pressionar as empresas para que cumpram padrões dignos de produção para seus trabalhadores.

Nas comunidades e escolas, podemos ainda promover a conscientização por meio de oficinas de customização de peças de roupas, de campanhas de doação, de realização de brechós, organização de associações de costureiras da região, entre outras possibilidades. Um exemplo bom desse tipo de iniciativa é a marca Kilombu Modas, idealizada e em produção por um grupo composto por sete mulheres do Quilombo Santa Cruz, de Ouro Verde de Minas, Minas Gerais. Elas idealizaram um projeto de moda afro para o empoderamento feminino e negro, na perspectiva de permanecer no campo cuidando daquilo que elas acreditam. Nessa trajetória, buscam produzir peças e acessórios que trazem traços de seus antepassados e suas tradições; participam de exposições e eventos mineiros como a Expominas de Teófilo Otoni e a feira Afro Quilombola em Belo Horizonte. As peças do Kilombu Modas podem ser encontradas no Instagram no perfil @kilombuModas.

Nós amamos a moda, mas não queremos que as nossas roupas explorem ninguém. Então, consumo consciente está na moda e devemos vestir essa camisa.

## 7 OS VERDADEIROS DONOS DAS TERRAS

Por Edilaisa Ramos Pego e Emeson Barbosa Porto

*Se a vida das comunidades indígenas do Brasil nunca foi fácil, atualmente não há diferença ou esperança de mudança, pois estão enfrentando grandes problemas no que concerne às demarcações de suas terras, haja vista que o executivo deixou bem claro que no atual governo não haverá demarcações.*



Fonte: <[www.flickr.com](http://www.flickr.com)>

Os problemas enfrentados hoje pelos povos indígenas são conseqüências de um histórico de colonização, iniciado com a chegada dos portugueses e que ainda permanece sob outras formas, a exemplo da discussão sobre a descolonização dos países

do sul global. No princípio, foi a aculturação a partir da catequização dos indígenas pelos Jesuítas que resultou não só na extinção de muitas línguas indígenas, mas também com suas culturas, pois, quando a primeira deixa de existir a segunda corre o mesmo destino. Na atualidade, entra em cena o neoliberalismo onde a preocupação está ligada em preparar os jovens para o mercado de trabalho e consumidor, sem espaço para a discussão crítica a exemplo do que se vê nas novas leis brasileiras sobre a educação, como a reforma do Ensino Médio. Se nas escolas não são discutidas e respeitadas as culturas, as diversidades existentes no Brasil, a tendência é que diminuam.

A aceitação de todo processo colonizador parte do convencimento dos colonizados, de um discurso que justifique o processo que, normalmente, adentra em todas as esferas da sociedade. No ensino das escolas tradicionais, por exemplo, os estudantes aprendem nos livros didáticos que o Brasil foi "descoberto" por Pedro Álvares Cabral, o que é uma maneira deturpada de narrar a história da origem brasileira. Quando os portugueses chegaram, habitavam aqui várias tribos indígenas que foram atacadas e até dizimadas. Dessa forma, a expressão correta a ser usada é, no mínimo, encontraram uma terra desconhecida ou invadiram mesmo. Levando-se em consideração a historicidade sobre o surgimento do Brasil, os verdadeiros donos das terras são os indígenas, formados por diversos povos com culturas, idiomas, crenças e valores próprios, que sofreram e sofrem grandes perseguições dos governos capitalistas que defendem, sobretudo, a exploração comercial dos territórios demarcados. É preciso garantir a integridade desses povos e das suas nações.

O suicídio tem sido muito comum entre os povos indígenas, visto que sempre tiveram como ideário de vida a liberdade, as terras e o cultivo. Os indígenas respeitam o meio ambiente uma vez que a natureza é o meio de vida deles e sua sobrevivência é totalmente dependente dela. Além disso, a terra para eles é sagrada e ferir a mãe terra é ferir a si mesmo. Os índios vêm enfrentando uma grande batalha na atual conjuntura para garantir que o direito às terras que já estão demarcadas lhes sejam assegurados. Em algumas falas do atual Presidente da República Jair Bolsonaro, como as disponíveis nos

links <https://youtu.be/kCXZEdVHHEw> e <https://youtu.be/yablVrY Cvdo>, podemos ver o tamanho desrespeito que ele tem com a comunidade Indígena. Nos vídeos dos links, é possível ouvi-lo dizendo coisas como "Quem é o índio? Ele não fala nossa língua, não tem recursos etc. Como é que eles conseguem tudo isso aí?" "A reserva que eu puder diminuir o tamanho dela eu farei isso daí". "Onde tem uma reserva indígena tem riqueza embaixo dela, temos que mudar isso daí". "Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou pra quilombola". São falas absurdas, pois são direitos conquistados e, recorrendo à história, eles são os verdadeiros donos das terras e ainda têm acesso a uma porcentagem muito pequena delas. O atual Presidente muitas vezes falou nas mídias sobre a necessidade da inserção dos indígenas na sociedade, como se eles já não fizessem parte dela. Acreditamos que essa postura não passe de pretexto para a entrada de mineradoras e garimpeiros nas áreas de reservas indígenas, como ele vem defendendo em seus discursos políticos.

É vergonhoso ver o Brasil, país rico em diversidade, em bens naturais, em extensão territorial, com essa divisão ideológica absurda e muitos preconceitos com os nativos. A razão principal parece ser sim um ataque devido a fatores como não seguirem as mesmas tradições sociais impostas pelo capitalismo, não consumirem como a maior parte e preservarem recursos naturais. Essa divisão tem se tornado uma chacina ao respeito e às diferenças. Para o atual governo, a preocupação está em apenas poder explorar os recursos naturais que a natureza oferece. Como encontram dificuldades nessa tarefa, pelo menos em terras demarcadas, os poderosos atacam com ferocidade as tribos, com armas mortais ou ideológicas como o discurso cristão e de integração à sociedade.

A luta do movimento indígena no Brasil abrange muito mais do que apenas o território físico. Uma de suas grandes exigências é a possibilidade de manter sua cultura e seu modo de vida vivos. Neste trecho retirado de um blog da comunidade indígena Morro dos

Cavalos<sup>24</sup>, que busca o reconhecimento de suas terras, podemos ver a importância da terra para os povos Guarani da aldeia:

*"A terra é nossa mãe. Sem ela nós não podemos viver nem ter nossa cultura, nosso modo de vida tradicional, que é fundamental para nós (...)"*.

A atual conjuntura política, ao forçar a integração e assimilação dos povos indígenas ao modo de vida tipicamente capitalista, busca o apagamento étnico desses povos, da diferença, como uma justificativa de acesso a direitos diversos, como saúde e educação. Porém, é preciso que seja garantido a todos os brasileiros, sejam indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros, o acesso aos seus direitos. Deve-se garantir o respeito às diferenças religiosas, culturais, étnico-raciais, de gêneros etc. Nesse caminho, as escolas têm extrema importância. A temática indígena, por exemplo, geralmente é tratada de maneira superficial, o que favorece o aumento do preconceito e a desvalorização da cultura desses povos. Em decorrência disso, é preciso pensar maneiras de se trabalhar essas culturas fora de, apenas, datas comemorativas nas instituições de ensino. Buscando amparo na Lei 11.465/08, que diz que é obrigatório a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, pode-se propor às escolas que façam, por exemplo, em parceria com a comunidade a qual está inserida e outras instituições, que organizar uma semana de exposição e resgate da cultura indígena, que mostre a importância da terra para esses povos e a forte contribuição que tiveram para a formação da diversidade cultural existente no Brasil. Uma exposição como essa pode até ser permanente na escola, com acréscimos períodos de materiais que, por sua vez, podem ser produzidos pelos próprios alunos. Acreditamos que a primeira atitude para a mudança é mudar a nossa própria visão sobre o outro, só assim podemos pensar em querer mudar o mundo.

---

<sup>24</sup> Disponível em: <<https://campanhaguarani.org/morrodoscavalos/76-2/>>  
Acesso em: 26/01/2019.

## 8 FAMÍLIA PARA ALÉM DOS LAÇOS SANGUÍNEOS

Por Leticia Moreira de Matos, Águeda Pereira da Rocha e Erenice Rodrigues dos Santos

*Durante muito tempo o conceito de família era único, centrado no discurso de que família é composta por pai, mãe e filhos em uma união estável e laços sanguíneos. Ao longo do tempo essa ideia vem sido alimentada, o que criou a conhecida família tradicional, onde a base é o pai, que atua como chefe da casa, a mãe, que cuida do lar e da educação dos filhos, em uma estrutura claramente patriarcal.*



Fonte: <<https://www.rawpixel.com>>

Com o decorrer dos anos, esse paradigma excludente vem sendo desconstruído e esse conceito não se aplica mais à sociedade moderna, apesar da insistência de alguns grupos religiosos extremistas. A configuração de um único tipo de família já não se aplica nos dias atuais, pois temos passado por grandes transformações no decorrer da história e hoje temos famílias sem

pais, muitas inclusive, outras com filhos adotivos, outras com duas mães, outras com mãe, vó e netos, outras com dois pais etc.

A família é uma das instituições mais importantes da sociedade e a Constituição Federal em 1988 passou a reconhecer outras formas de família diferentes daquela que era vista por muitas pessoas como a "tradicional". De acordo com Oliveira<sup>1</sup> (2009, p.72):

Também na Constituição de 1988, o que podemos verificar é que houve alargamento no conceito de família, pois as relações monoparentais passaram a ser reconhecidas, assim como as uniões estáveis, apesar da lentidão das regulamentações em questões jurídicas e também de sua interligação ao conservadorismo que imperava na sociedade, que dificultava a ampliação dos direitos já reconhecidos na Justiça.

Esse alargamento no conceito, no entanto, não significou que famílias não "tradicionais" fossem bem aceitas dentro do próprio contexto social, o que confirma Oliveira<sup>1</sup>: "As novas configurações familiares estão cada vez mais presentes, mas não podemos dizer que são socialmente aceitas. Há o embate entre o real vivido e o que se idealiza" (2009 p.72). Mesmo que não aceitem, os arranjos familiares estão muito além de padrão definido pelo laço sanguíneo. Família é amor, afetividade, cuidado, respeito, aprendizado, liberdade. A verdadeira família é quem cuida e, como pontua novamente Oliveira (2009, p.83), é aquela que:

Independentemente das múltiplas maneiras de se organizar, de se constituir enquanto família, ela possui um papel de socialização importante e primordial na vida das pessoas. Entendê-la, como espaço de construção da iniciação dos afetos e de todo aprendizado que esses afetos podem trazer a seus componentes, é ímpar na sociedade.

Isso reforça a ideia de que a proteção, o cuidado e a socialização dos indivíduos no seio familiar é relevante, não importa onde isso aconteça, não importa as formas ou arranjos de uma família, o importante é que estejam engajados em um processo de aprendizados e desenvolvimento dos afetos e das relações para se viver em sociedade. Isso se dá porque parte da população ainda defende o patriarcado.

Mesmo com o passar do tempo, a cultura burguesa ainda tem grande influência na nossa sociedade, como a visão de mundo que restringe "família" a um único modelo, o que gera vários problemas sociais como o preconceito, discriminação e a violência. Com isso, tornam-se necessários vários passos para transformar essa realidade, como a construção de uma visão mais crítica por parte das pessoas, para que vejam o quão prejudicial é o preconceito. O espaço escolar é o ponto de partida para a mudança, uma vez que contribui no desenvolvimento e formação dos cidadãos a partir das várias possibilidades de visão de mundo que traz para os estudantes. Com melhor capacidade crítica, os sujeitos serão mais conscientes, protagonistas e atores de transformação social.

Nesse contexto, enquanto futuras educadoras, vemos a importância do papel da escola na nossa sociedade e na formação dos indivíduos. Dessa mesma forma, devemos pensar em um modo de estimular a criticidade a partir de análise e estudos de problemas de nossas realidades. Esse pode ser o ponto de partida para combater o preconceito e a discriminação, pois possibilita aos indivíduos compreender e entender o processo das diversidades e a sua importância na formação da nossa sociedade feita de famílias tão distintas umas das outras.

Na realidade dos lares brasileiros, nota-se que aquele clássico padrão de família brasileira, formado por pai-mãe-filhos, vem perdendo espaço e novos perfis de lares familiares vão se configurando. De acordo com o censo do IBGE de 2010<sup>25</sup>, a família tradicional representa 49,9% dos domicílios, enquanto outros tipos de família já somam em 50,1%. Essa mudança se deu nos últimos 60 anos com a entrada da mulher para o mercado de trabalho, com a queda da taxa de fecundidade, a legalização do divórcio, dentre outras ações, que geraram liberdades e condições de se deixar a subserviência do patriarcado, além dos abandonos de mulheres e filhos, que levaram, por sua vez, a várias discussões sobre o que é família. Hoje vemos, por exemplo, casais sem filhos, casais de lésbicas com ou sem filhos, casais de gays com filhos adotivos ou sem filhos, mães sozinhas com seus filhos, irmãos e irmãs e netos

---

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.geledes.org.br/novos-tipos-de-familia-ja-sao-maioria-no-brasil/>. Acesso em: 04/03/2020.



com avós etc. Essas configurações familiares mostra a diversidade de concepções e exemplos de "famílias" que existem e está relacionada a uma dimensão mais ampla do que uma relação sanguínea, mas ao afeto. Nesse sentido, Oliveira (2009, p.68) afirma que:

Tais arranjos diversificados podem variar em combinações de diversas naturezas, seja na composição ou também nas relações familiares estabelecidas. A composição pode variar em uniões consensuais de parceiros separados ou divorciados; uniões de pessoas do mesmo sexo; uniões de pessoas com filhos de outros casamentos; mães sozinhas com seus filho sendo cada um de um pai diferente; pais sozinhos com seus filhos; avós com os netos; e uma infinidade de formas a serem definidas, colocando-nos diante de uma nova família, diferenciada do clássico modelo de família nuclear.

Para sobrevivermos bem nesse mundo em constante mudança, as pessoas devem mudar e se transformar à medida que um mundo vai se modificando. Deve-se entender essas mudanças e seus impactos bastante relevantes que só espalha afeto, pois as famílias que se formam para além dos laços sanguíneos não se formam por razão diferente do amor. Portanto, partindo dessas reflexões, nota-se a importância de se discutir esses e outros fenômenos sociais novos, tanto nos espaços públicos como nas nossas próprias casas, pois assim poderemos diminuir o preconceito e a violência.

## 9 VIOLÊNCIA, FEMINICÍDIO E DIREITOS DAS MULHERES

Por: Adriana Alves de Souza, Girlene Barbosa da Silva e Stephanie da Silva Barros

*Apesar da existência dessas leis (Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio), além de outros artigos presentes na Constituição dos Direitos Humanos, muitas vezes elas não são cumpridas ou o Estado não oferece o atendimento adequado às vítimas conforme previsto. Consequentemente, muitas mulheres optam por não denunciarem seus agressores, desmotivadas pela impunidade. Pelo fato de a maior parte destas agressões ocorrerem dentro da própria casa, os agressores não se intimidam com as denúncias e acabam praticando violências maiores, como o feminicídio. Segundo o Mapa da Violência de 2015, de acordo com o OMS, o Brasil é o 5º país que mais mata mulheres no mundo. Mulheres que, quase sempre, são vítimas de companheiros e familiares.*



Fonte: <pixabay.com>

No 1º artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>26</sup> (DUDH) é mencionado que "Todos as pessoas nascem livres e iguais em

---

<sup>26</sup> Assembleia Geralda ONU. (1988). Declaração Universal dos Direitos Humanos. 217 [III]. Paris. Art.1. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652008000200015](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000200015)>. Acesso em: 12 de março de 2020.

dignidade e direitos.". No entanto, nem sempre esses direitos são assegurados a todos. Um dos principais agentes influenciadores dessa realidade se relaciona ao contexto histórico-sócio-cultural de cada país, que podem acarretar diferentes problemas sociais.

No Brasil, uma dessas problemáticas que vem perdurando desde o período colonial e está ligada à desigualdade de gêneros. Esse histórico foi construído em um sistema tradicionalista composto por uma cultura majoritariamente patriarcal, onde a figura do homem assumia e ainda assume em muitos casos o papel central e superior com relação à mulher que era tratada de forma inferior e submissa. Uma concepção da mulher como objeto de posse que deve estar sob o controle do homem. É importante ressaltar que, nessa mesma concepção histórica, há os padrões sociais, constituídos por normas e condutas machistas atribuídos sobre a mulher, que causam diversos problemas principalmente entre companheiros ou ex-parceiros.

Lembrando que essas situações variam conforme o espaço e contexto nos quais a mulher está inserida, mas em grande parte com muitas semelhanças. Talvez a mulher do campo tenha mais acesso ao grande conhecimento popular e cultural local, passados por gerações, e possuem papel essencial no processo de desenvolvimento das comunidades camponesas; mas o ensino possibilitou às mulheres dos centros urbanos um maior acesso com relação às diferentes informações e conhecimentos, o que influenciou e influencia no seu processo de empoderamento enquanto mulher portadora de direitos.

Nesse processo, a família dita tradicional, também no campo, é normalmente composta por um sistema machista e patriarcal, como mencionado acima, o que, somada à citada questão educacional, resulta em um processo tardio de empoderamento das mulheres camponesas em muitos casos. Em outros casos, com o avanço da tecnologia e maior acesso às informações, sobretudo pelos celulares, algumas mulheres estão se mobilizando e se fortalecendo cada vez mais. Um exemplo disso é o grupo de mulheres da Comunidade Quilombola Santa Cruz, juntamente com mulheres de outras comunidades vizinhas, que exercem a atividade cultural da capoeira, vêm desenvolvendo cursos e práticas de exercícios de autodefesa.

Com o tempo, questões relacionadas ao papel social da mulher passam a ser debatidas e questionadas com maior frequência e, aos poucos, a mulher começa a ganhar espaço e a se destacar no setor familiar, empregatício e político. Juntamente a isso, surge um movimento que inicia a criação de leis que assegurem direitos a partir de um conceito de igualdade que tenta coibir a violência contra a mulher. Entre estas leis, estão a Lei de Nº 11340<sup>27</sup>, sancionada no dia 07 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, e, anos mais tarde, em 2015, é sancionada a lei Nº 13.104<sup>28</sup>, a Lei do Feminicídio, que transforma o feminicídio em crime de homicídio qualificado.

Apesar da existência dessas leis, além de outros artigos presentes na Constituição dos Direitos Humanos, muitas vezes elas não são cumpridas ou o Estado não oferece o atendimento adequado às vítimas conforme previsto. Consequentemente, muitas mulheres optam por não denunciarem seus agressores, desmotivadas pela impunidade. Pelo fato de a maior parte destas agressões ocorrerem dentro da própria casa, os agressores não se intimidam com as denúncias e acabam praticando violências maiores, como o feminicídio. Segundo o Mapa da Violência de 2015, de acordo com o OMS, o Brasil é o 5º país que mais mata mulheres no mundo. Mulheres que, quase sempre, são vítimas de companheiros e familiares<sup>29</sup>.

De acordo com os dados retirados do site G1, "São 4.254 homicídios dolosos de mulheres em 2018, uma queda de 6,7% em relação a 2017. Apesar disso, houve um aumento de 12% no número de registro de feminicídios. Uma mulher é morta a cada 2 horas no país"<sup>30</sup>.

---

<sup>27</sup> Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>. Acesso em 12/03/2020.

<sup>28</sup> Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm)>. Acesso em 12/03/2020.

<sup>29</sup> Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/taxa-de-feminicidios-no-brasil-e-a-quinta-maior-do-mundo/>>. Acesso em 12/03/2020.

<sup>30</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/03/08/cai-o-no-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-mas-registros-de-feminicidio-crescem-no-brasil.ghtml>>. Acesso em 11/08/2019.

Essa situação nos mostra que mesmo que exista um decréscimo com relação ao homicídio contra as mulheres, ainda existe, com relação ao meio social, de forma mais especificamente entre os homens, maior resistência à aceitação ao direito de liberdade da mulher, o que acaba resultando em crimes especificados pela Lei Maria da Penha ou pela Lei do Feminicídio. O feminicídio, além de referir-se ao assassinato de mulheres, está ligado à questão de gênero, ou seja, essas mulheres são violentadas e mortas porque são mulheres, a partir de todo um contexto ideológico constituído no sistema patriarcal e machista com relação a sua condição enquanto mulher. Os crimes que caracterizam tais violências estão ligados também à não aceitação por parte do homem as mudanças ocorridas historicamente, como quebra de paradigmas e padrões sociais onde a mulher foi serva para um paradigma de sociedade onde ela passa a ser detentora dos mesmos direitos e espaços que o homem. O machismo, muitas vezes, é o gatilho para os atos de violências e agressões contra suas companheiras, chegando aos casos de feminicídio como apontam, Samira Bueno e Renato Lima para o portal site G1<sup>31</sup>: "[...] a violência compõe um cotidiano perverso sustentado por relações sociais profundamente machistas".

Sabemos que tanto a mulher quanto o homem possuem seu direito de expressão e liberdade; no entanto, de maneira geral, percebemos que a presença da violência contra a mulher no Brasil possui um quadro crítico, originado de um contexto colonial persistente e que precisa ser combatido. Para tanto, uma das principais medidas a serem adotadas estaria ligada à conscientização social do papel da mulher enquanto cidadãos com os mesmos direitos. Um desses principais espaços de luta deveria ser as redes educacionais, públicas e privadas, priorizando-se o ensino básico para que desde pequenas as crianças possam compreender a questão da equidade e, com isso, não perpetuem ideologias de desigualdade. Além disso, é importante ações com as famílias e comunidades, pois há de se tratar as pessoas e seus contextos, se não terá sido em vão. Nesse sentido, mobilizar a

---

<sup>31</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/03/08/dados-de-violencia-contra-a-mulher-sao-a-evidencia-da-desigualdade-de-genero-no-brasil.ghtml>>. Acesso em 11/08/2019

mídia também é de grande relevância tendo em vista seu alto poder de influência. Acreditamos que com diálogo e informação, com respeito a todas as questões morais que envolvem o assunto, pode promover a redução desses crimes e trazer maior qualidade de vida para as mulheres.

## 10 AS COTAS RACIAIS E A REVOLUÇÃO SILENCIOSA

Por Anne Karine Pereira Quaresma e Elias Pereira Xavier

*Para os negros, as chances de ingressar no ensino superior sempre foram remotas, principalmente no nosso contexto histórico e cultural escravagista que inferioriza tanto negros quanto pobres no Brasil.*



Fonte: <<https://br.depositphotos.com/>>

Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado no ano de 2010, os negros eram maioria no país, porém sub-representados no ensino superior, além de serem aqueles a menos ocupar outros espaços formativos e mercados de trabalho. No sentido de democratizar o acesso ao ensino superior vários obstáculos já foram transpostos e dados mais recentes do IBGE (2018)<sup>32</sup> mostram que os negros já são maioria na

---

<sup>32</sup> INEP. *Censo da educação superior: 2011 - resumo técnico*. Brasília, DF; INEP. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2011/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2011.pdf](https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2011/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf)>. Acesso em: 10/08/2019.

universidade. Isso tornou-se possível principalmente através da Lei de Cotas, que tem como objetivo diminuir as desigualdades socioeconômicas e educacionais existentes entre negros e brancos.

Conforme reportagem de O Globo<sup>33</sup>, uma das primeiras universidades a aderir ao sistema de cotas foi a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), isso em meados do ano 2000. Outras universidades também aderiram ao sistema como a Universidade de Brasília (UnB) que, em 2004, implantou em seu vestibular o sistema de cotas raciais. Porém, somente em 2012 foi publicada a Lei nº 12.711 que tornou obrigatória a reserva de vagas em instituições de ensino superior aos estudantes de escola pública de baixa renda, negros, pardos e índios. Após sua aprovação, a Lei de Cotas possibilitou que essas populações, principalmente as negras, consideradas intelectualmente inferiores durante o período colonial, tivessem mais oportunidades. Oportunidades não somente em acessar o ensino superior, mas também avançar na luta pela minimização das desigualdades, fim da discriminação e desconstrução da representação estereotipada dos negros.

As cotas raciais foram revolução silenciosa no Brasil, pois vêm garantindo desde sua regulamentação o aumento no número de matrículas por estudantes negros no ensino superior. Moraes (2009)<sup>34</sup>, analisando os Dados do MEC e INEP entre 2002 e 2004, período em que as primeiras universidades começaram a adotar o sistema de cotas, constata que houve um crescimento de aproximadamente 1,4% de negros matriculados no ensino superior. Segundo a Folha de São Paulo<sup>35</sup>, estatísticas mais recentes do IBGE (2018) apontam que os negros atualmente são maioria na universidade. *"Pela primeira vez, grupo que representa 55,8% da*

---

<sup>33</sup> Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/a-historia-das-cotas-nas-universidades-federais-23604597>>. Acesso em: 10/08/2019.

<sup>34</sup> MORAES, Wanilda Coelho Soares de. **Ações afirmativas e o acesso de negros na educação superior**: um estudo de caso do instituto Luther King-ILK. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), 2009.

<sup>35</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/pretos-e-pardos-sao-maioria-nas-universidades-publicas-no-brasil-diz-ibge.shtml>> Acesso em: 10/08/2019.



*população perfaz 50,3% dos alunos do ensino superior público.*" Tudo isso após a adoção do sistema de cotas pelas universidades públicas.

Sendo uma política afirmativa, as cotas também têm o objetivo de reparar uma dívida histórica através da correção das desigualdades. Como afirmam Jaccoud e Beghin (2002, p. 67)<sup>36</sup>, as políticas afirmativas "(...) têm por objetivo garantir a oportunidade de acesso dos grupos discriminados, ampliando sua participação em diferentes setores da vida econômica, política, institucional, cultural e social". Nessa perspectiva, a política das cotas baseia-se no princípio da equidade, reconhecendo que existem grupos menos privilegiados e agindo para reduzir o impacto das diferenças.

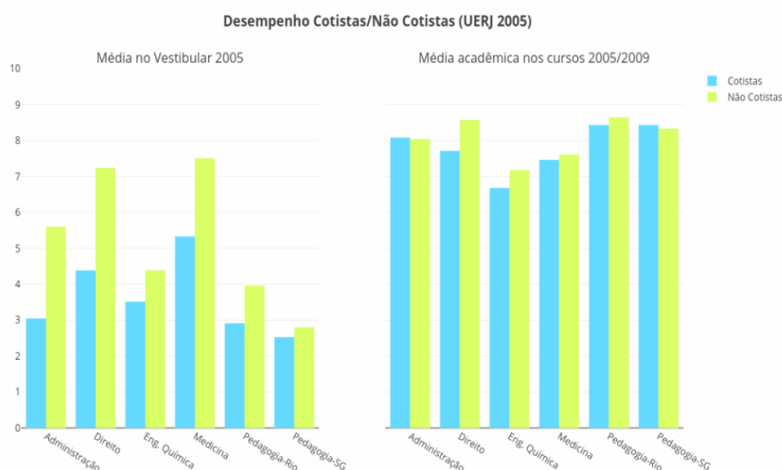
Além de possibilitar a inclusão dos negros em espaços formativos de nível superior, as cotas têm impacto direto na economia das famílias desses estudantes, pois, como afirmam os dados de IBGE de 2018, as diferenças no nível de escolaridade entre negros e brancos também são refletidas na renda. Os dados revelam que o salário dos negros e pardos equivale a 59,2% da população branca. Nesse sentido, percebe-se que a desigualdade social ocorre em consequência da diferença de oportunidades. Tendo como o objetivo reduzir o abismo entre as populações negras e brancas, a inserção de negros nas universidades através das cotas possibilitaria também a equiparação no que se refere às rendas dos dois grupos, reduzindo então a disparidade atual.

Apesar dos dados apresentados revelarem que o sistema de cotas vem sendo uma política afirmativa que tem cumprindo com seu objetivo, aqueles contrários ao sistema ainda utilizam o argumento de que os cotistas, por possuírem nota de corte menor no SISU em alguns casos, não conseguem acompanhar os demais estudantes, o que ocasionaria a redução do nível de qualidade dos cursos.

---

<sup>36</sup> JACCOUD, L.; BEGHIN, N. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental.** Brasília, DF: IPEA, 2002.

Contudo, segundo os dados de uma pesquisa realizada pela UERJ<sup>37</sup>, uma das primeiras universidades a adotar o sistema de cotas antes da política nacional, os rendimentos entre estudantes cotistas e não cotistas, nos anos de 2005 e 2006, foram consideravelmente semelhantes. Isso apesar do rendimento inferior dos cotistas no vestibular.



*Média do desempenho de cotistas e não cotistas da UERJ, no vestibular e ao longo do curso, dos alunos ingressados em 2005. Fonte: <<https://www.politize.com.br/sistema-de-cotas-no-brasil/>>.*

Essas informações provam que, apesar do rendimento inferior nos vestibulares, os estudantes cotistas, diferentemente do que apontam seus opositores, conseguem sim acompanhar os demais estudantes não reduzindo então o nível de qualidade dos cursos. Como exemplo da afirmação, no gráfico dado, nos cursos de administração e pedagogia a média de aprovação foi exatamente a mesma nos dois cursos, tanto para cotistas quanto para não cotistas.

<sup>37</sup> Disponível em: <<https://www.politize.com.br/sistema-de-cotas-no-brasil/>>. Acesso em: 10/08/2019.

Vale salientar que a política de cotas é fruto das lutas de movimentos sociais como o movimento negro. Se apropriar dessa política significa resistir e persistir na luta pelo reconhecimento da equidade e valorização da diversidade étnico-racial. Nessa luta, deve-se levar a lei de cotas ao conhecimento da população, principalmente comunidades quilombolas, para que o objetivo dessa ação afirmativa seja conhecido por seus possíveis beneficiados. Isso pode ser realizado através de palestras em escolas, sindicatos e associações. Nesses espaços, estudantes universitários que se beneficiam das cotas poderiam divulgar de diversas formas os cursos e contribuir com depoimentos de como ingressaram na universidade e puderam levar suas culturas e identidades a um espaço historicamente homogeneizado, o que é positivo para toda a sociedade. Deve-se mostrar aos estudantes que a possibilidade de cursar o ensino superior é real e a ocupação desses espaços é essencial tanto para o fortalecimento quanto para a ressignificação da identidade negra e a quebra de estereótipos e preconceitos.

## 11 AS CONTROVÉRSIAS DO ESTADO LAICO

Por Henrique Sena Carneiro, Driele Silva e Mireia Sena

*O Brasil, teoricamente, é um Estado laico, o que implica liberdade de crença religiosa ou não. Pressupõe-se que, a serviço do Estado, as pessoas não serão constrangidas ou obrigadas a seguirem uma religião ou nenhuma. Nesse sentido, espera-se neutralidade do Estado em tais questões.*



Foto: Capela e pequeno cemitério em Milho Verde/Serro/MG.

Fonte: Olhares do Campo

No entanto, há controvérsias se essa neutralidade de fato ocorre na sociedade brasileira. A laicidade é prevista pelo artigo 5º da Constituição Federal<sup>38</sup> que diz:

---

<sup>38</sup> Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 25/03/2020.

Art. 5º: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei (BRASIL, 1988);

Apesar da liberdade religiosa estar garantido nos incisos acima, não é incomum ouvir a expressão "isso só acontece no papel". No caso da laicidade, ela já é abalada no próprio "papel" que a resguarda que é a mesma constituição do citado artigo 5º. Em seu preâmbulo<sup>39</sup>, há uma citação ao Deus dos cristãos:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, **sob a proteção de Deus**, a

---

<sup>39</sup> Disponível em:

<<https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/preambulo.asp>>. Acesso em 25/03/2020.

seguinte      CONSTITUIÇÃO      DA      REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL. (grifos dos autores)

Por mais que um preâmbulo não tenha poder de lei, a expressão "sob a proteção de Deus" na Constituição Federal tem um simbolismo muito grande e é sim resultado da grande influência que a religião impõe sobre a sociedade, que é de maioria cristã, mas não 100%. Há uma diversidade no Brasil, com seguidores de outras religiões, como as orientais e as africanas, que deve ser preservada. Essa influência é notada com facilidade em nossa sociedade e não é incomum encontrar políticos que usam a religião como propaganda para ganhar votos, a exemplo do *slogan* "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", conhecido de todo brasileiro.

Outro exemplo de citações religiosas, que vão contra a laicidade do Estado, está na resolução N° 17 da câmara dos deputados de 1989<sup>40</sup> que diz o seguinte:

Art. 79. À hora do início da sessão, os membros da Mesa e os Deputados ocuparão os seus lugares.

§ 1º A Bíblia Sagrada deverá ficar, durante todo o tempo da sessão, sobre a mesa, à disposição de quem dela quiser fazer uso.

§ 2º Achando-se presente na Casa pelo menos a décima parte do número total de Deputados, desprezada a fração, o Presidente declarará aberta a sessão, proferindo as seguintes palavras:

"Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos."

Esse é mais um claro exemplo da influência religiosa ligada ao cristianismo e, principalmente, ao catolicismo, que é mais presente na sociedade.

Nossa sociedade é muito diversa e rica culturalmente; no entanto, lidar com toda essa diversidade pode ser um problema para muitos.

---

<sup>40</sup> Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/colecoes/informes/Integras/RI2005.pdf>>. Acesso em 25/03/2020.

Principalmente ao se tratar da forma como as pessoas veem o mundo, muitas vezes relacionada com as muitas religiões existentes. Para lidar com essa diversidade, a laicidade torna-se imprescindível; pois deve-se evitar a valorização de uma única cultura e a neutralidade pressuposta pelo Estado Laico, teoricamente, faz com que todas as religiões sejam respeitadas, assim como permite ao indivíduo fazer suas escolhas, como é posto por Fischmann (2012)<sup>41</sup>:

Assim, o caráter laico do Estado, que lhe permite separar-se e distinguir-se das religiões, oferece à esfera pública e à ordem social a possibilidade de convivência da diversidade e da pluralidade humana. Permite, também, a cada um dos seus, individualmente, a perspectiva da escolha de ser ou não crente, de associar-se ou não a uma ou outra instituição religiosa. E, decidindo por crer, ou tendo o apelo para tal, é a laicidade do Estado que garante, a cada um, a própria possibilidade da liberdade de escolher em que e como crer, enquanto é plenamente cidadão, em busca e no esforço de construção da igualdade.

Saber conviver com as diferenças e saber respeitar a igualdade é essencial e deveria independer de religiões, dogmas, crenças de um grupo específico. Nesse sentido, buscar medidas a serem aplicadas nas diferentes esferas de atividade social é o ideal. Por exemplo, várias escolas convidam, ou constroem, os alunos a rezarem antes do início das aulas, o que é inadmissível tendo em vista a diversidade religiosa, como viemos argumentando. Por mais que isso não seja mal visto pela maior parte da comunidade, o ato de rezar antes das aulas implica em uma quebra da laicidade e uma valorização de uma certa religião, no caso a católica. Por mais que existam alegações de que todos presentes são cristãos, isso, de certa forma, não leva as pessoas a pensarem na diversidade existente. São atos como esses que silenciam culturas negras com suas crenças de origem africana.

---

<sup>41</sup> FISCHMANN, Roseli. **Estado Laico, Educação, Tolerância e Cidadania ou simplesmente não crer**. São Paulo: Factash Editora, 2012

Uma medida simples e exequível é trocar a oração coletiva, que é feita antes da aula em algumas escolas, por reflexões acerca de assuntos do cotidiano que contribuam para formação de cidadãos mais críticos, mais empáticos e respeitosos. Assuntos como ética; respeito ao meio ambiente; tolerância religiosa; igualdade de gênero; entre outros. Essa ação pode ser feita pelos professores com seus alunos ou em grandes grupos. Escolhe-se uma temática para cada semana e, todos os dias ou em dias escolhidos, no momento que antes era dedicado a oração, lê-se uma mensagem/texto com o intuito de reflexão acerca do tema selecionado. Ao final, o 5º artigo da Constituição pode ser retomado a fim de lembrar a todos que, diante a lei, todos são/ou deveriam ser iguais.



## 12 FAMÍLIAS LGBTs

Por Jhonatas de Oliveira Frois e Nágila Cristina dos Santos

*A ideia de família que a maioria dos indivíduos tem hoje, composta por um homem cis hetero e uma mulher cis hetero, se baseia numa perspectiva burguesa extremamente preconceituosa, repleta de interesses ligados ao capital. Ou seja, o capitalismo encontrou mecanismos de controlar a sexualidade dos indivíduos (SANTOS, 2013)<sup>42</sup>.*



Fonte: <[www.istockphoto.com](http://www.istockphoto.com)>

Se considerarmos que "[a] sexualidade humana é formada por uma múltipla combinação de fatores biológicos, psicológicos e sociais, e é basicamente composta por três elementos: sexo biológico,

---

<sup>42</sup> SANTOS, Andressa Regina Bissolotti; SILVA, Henrique Kramer da Cruz. **Identidade LGBT e capitalismo: a construção histórica da homofobia e as estratégias jurídicas para seu combate.** In.:XV Jornada de Iniciação Científica de Direito. UFPR, 2013.

orientação sexual e identidade de gênero" (ALVES, 2014, p. 9)<sup>43</sup>, percebemos que tentar controlar a sexualidade dos indivíduos pode ser complicado. O que se busca, normalmente, é criar certas caixinhas, como um conjunto de expectativas, para determinados tipos de pessoas. Ou seja, padronizar o desejo, o que não é uma boa ideia, pois a orientação sexual é determinada por inclinações que não são escolhas do indivíduo (ALVES, 2014) e é muito diversa, difícil de ser padronizada. O resultado dessa tentativa de controle da sexualidade humana são as diversas formas de violência a partir de comportamentos homofóbicos.

A homofobia se constrói, portanto, como uma das diversas maneiras de proteger e manter imaculada a dominação da família patriarcal, se trata de um sistema estruturado a partir da necessidade de combate à contestação da naturalidade da família heterossexual. (SANTOS, 2013 p.116)

Numa sociedade marcada por hierarquias, até mesmo dentro da estrutura familiar, e exploração do trabalho, como a que vivemos, seguindo a fala de Santos (2013), ter uniões afetivas que não obedeçam este padrão heterossexista, como é o caso das famílias LGBT's, resulta na exclusão do sujeito, privando-o dos seus direitos enquanto cidadãos. Porém, nos últimos tempos, apesar de todo preconceito envolto no nosso meio, as famílias LGBT's têm ganhado cada vez mais espaço. De acordo com Martinelli (2018)<sup>44</sup>, em análise do IBGE de 2017, o número de casamentos totais diminuiu 2,3%, o casamento entre pessoas do mesmo sexo aumentou cerca de 10%.

A participação dessas famílias no ambiente escolar se torna muito importante para a desconstrução do preconceito, a fim de que se construam cidadãos críticos que compreendam sua realidade, questionando os paradigmas impostos na sociedade. Assim, a

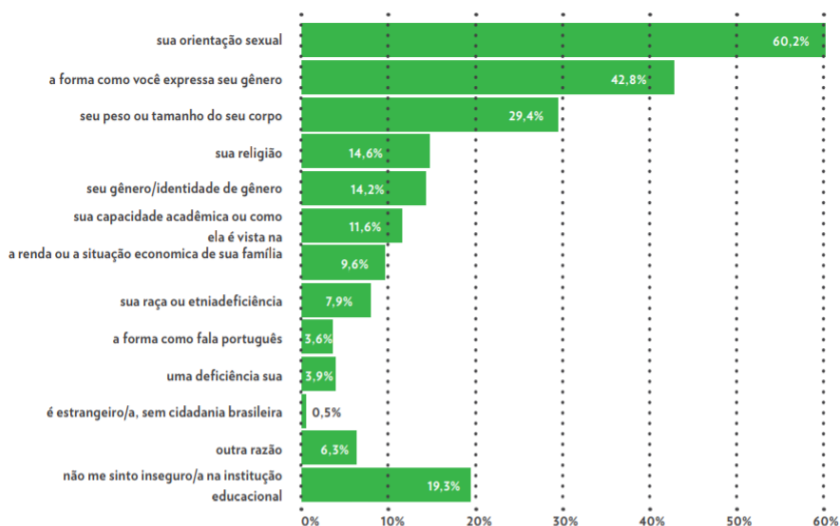
---

<sup>43</sup> ALVES; Heloisa Helena Cidrin Gama. Diversidade sexual e cidadania LGBT. São Paulo: SJDC/SP, 2014.

<sup>44</sup> Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2018/10/31/casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo-cresce-10-em-2017-aponta-ibge\\_a\\_23576942/?utm\\_hp\\_ref=br-casamento-homoafetivo](https://www.huffpostbrasil.com/2018/10/31/casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo-cresce-10-em-2017-aponta-ibge_a_23576942/?utm_hp_ref=br-casamento-homoafetivo)>. Acesso em: 01/07/2019.

interação das famílias LGBT's com as demais no espaço escolar, bem como em toda a sociedade, se torna uma importante ferramenta para o diálogo e, conseqüentemente, para o conhecimento. Isso se reflete em especial nas comunidades rurais, onde a presença de uma família LGBT pode mudar toda a percepção da comunidade com relação ao tema, não sem percalços e muito diálogo, obviamente.

Essa importância da participação das famílias LGBT's na comunidade escolar pode ser perceptível na figura 1, a seguir, que aponta, segundo a pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil (2016)<sup>45</sup>, que das características que mais constroem os alunos na sala de aula é a orientação sexual, o que reforça a importância das famílias LGBT's no ambiente escolar.



*Porcentagem de estudantes que se sentem inseguros na instituição educacional por causa de uma característica física. Fonte: <<https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>>*

<sup>45</sup> Disponível em: <<https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>>. Acesso em: 01/07/2019.

Apesar de orientação sexual despontar como a maior preocupação dos estudantes, como 60,2% como demonstrado no gráfico acima, grande parte das escolas não estão preparadas para lidar com as famílias LGBT's, tendo em vista que a violência impregnada na sociedade contra a comunidade LGBT se reflete neste espaço. Isso pode ser perceptível nos índices de violência contra LGBTs no Brasil, que é o país que mais mata LGBT's no mundo. De acordo com Sobrinho (2019)<sup>46</sup>, em análise de dados da Diretoria de Promoção dos Direitos LGBT do Ministério dos Direitos Humanos, registrou-se, no Brasil, uma morte por homofobia a cada 16 horas no período de 2011 a 2018. Essa violência pode ser entendida como um ciclo, onde uma educação de má qualidade produz uma sociedade violenta, e uma sociedade violenta traz essa violência para dentro do espaço escolar.

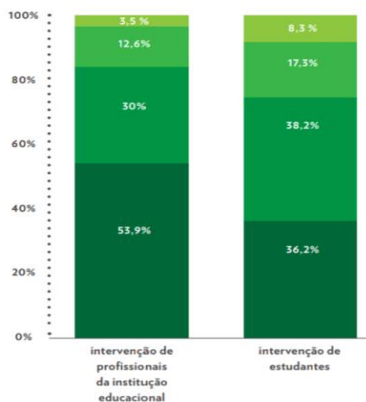
Outro fato que também influencia nesse despreparo das escolas em lidar com as famílias LGBTs é a falta de formação adequada a grande parte de seus profissionais. Estima-se, de acordo com dados do censo escolar 2015 divulgados pelo governo federal<sup>47</sup>, que seja cerca de 40% dos professores brasileiros não têm a formação adequada para os conteúdos que lecionam. A questão da falta de formação dos professores pode ser percebida na figura 3, abaixo, oriunda da já cita Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil, que mostra a atuação dos professores frente a comentários LGBTfóbicos feitos em sala de aula.

---

<sup>46</sup> Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/20/brasil-matou-8-mil-lgbt-desde-1963-governo-dificulta-divulgacao-de-dados.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 01/07/2019.

<sup>47</sup> Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-03/quase-40-dos-professores-no-brasil-nao-tem-formacao-adequada>>. Acesso em 01/07/2019.

nunca
  às vezes
  a maioria das vezes
  sempre



*Frequência de intervenção de professores e estudantes frente a comentários LGBTfóbicos na escola. Fonte: Fonte:*

*<<https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>>*

A imagem mostra que, em grande parte dos casos, os educadores se omitem frente às situações opressoras; e que, em muitos casos, os alunos interferem mais que os próprios professores. O principal argumento que muitos utilizam contra a presença das famílias LGBT's nas escolas é a crença que a presença dessas famílias pode influenciar as crianças, aliciando-as para também se tornarem LGBT's, como se a homossexualidade ou a bissexualidade fosse transmissível. Mas essa visão já foi desconstruída, pois a atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa manifesta em relação à outra ocorre de forma involuntária, dada pelo seu desejo (ALVES, 2014). Muitas vezes esse desejo não necessariamente é dado pelo sexo biológico com que nasce, mas por outros fatores como o cheiro, o toque, ou seja, a orientação sexual está muito mais ligada a fatores biológicos diversos do que sociais.

Na tentativa de solucionar esse problema, sugere-se que sejam feitas discussões, como rodas de conversas, entre as esferas que fazem parte deste conflito como a escola, comunidade e as famílias LGBT's. As famílias LGBT's devem ter mais voz para abrir discussões com os demais indivíduos, para diminuir a distância entre os envolvidos, para que possam participar de diálogos a fim de

ajudarem a desconstruir estereótipos e preconceitos, construídos historicamente nesta sociedade capitalista, homofóbica e patriarcal.

## 13 A DITADURA DA BELEZA DA MULHER

Por Jociene Gomes dos Santos e Tatiane Rodrigues de Souza

*Estamos vivendo uma sociedade onde o ser humano tornou-se escravo de uma beleza estereotipada, principalmente a figura feminina.*



Fonte: <pixabay.com>

A mídia e os meios de comunicação possuem grande influência em certas padronizações, a exemplo da beleza que nem é notada pelas pessoas. Os meios de comunicação em massa adentram as nossas casas e invadem as nossas vidas dizendo que o que eles oferecem é o que de fato necessitamos. Se não nos adequarmos ao padrão estipulado e julgado como o correto, logo seremos estigmatizados.

A partir dessas considerações, focamos aqui em como as mulheres reagem diante de tantas informações e tantos produtos oferecidos. Em uma sociedade que se diz democrática, as mulheres tornam-se cada vez mais cativas da indústria de beleza, sobretudo a

juventude. Com as mídias cada vez mais presentes com seus padrões ditos perfeitos, as pessoas têm se tornado cada vez mais insatisfeitas consigo mesmas. Com isso, o número de jovens e adolescentes que buscam por procedimentos estéticos e cirurgias plásticas tem crescido demasiadamente. As mortes também.

Diante da propaganda massiva, muitas pessoas fazem de tudo para se enquadrarem no padrão, sem pensar nas consequências. São vários questionamentos que as mulheres, induzidas ao consumismo, pouco indagam. Segundo estatísticas da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP)<sup>48</sup>, a procura por procedimentos estéticos não cirúrgicos cresceu, durante o ano de 2016, 390% e os procedimentos cirúrgicos crescem em média de 23% ao ano.

Os dados são preocupantes como podemos observar. Isso também acontece com o uso de medicamentos que prometem substituir procedimentos estéticos como os emagrecedores. De acordo com pesquisa realizada por uma subcomissão do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID/Ministério da Saúde):

O consumo de medicamentos tipo anfetaminas no Brasil saltou de 7,7 toneladas em 1988 para 23,6 toneladas em 1992 (dados divulgados no jornal Folha de S. Paulo, 20/4/94, p. 4). Os medicamentos para emagrecimento utilizam anfetaminas e ansiolíticos e são substâncias que provocam dependência. O uso desses fármacos está associado a alterações das funções cardíacas e da função renal; a distúrbios hormonais, sobretudo os da tireoide, além de distúrbios gástricos e neurológicos. (SERRA; SANTOS, 2003, p. 699.)<sup>49</sup>

A loucura da busca pelo padrão estético ideal traz grandes consequências, como alteração nas funções cardíacas e renais

---

<sup>48</sup> VIDALE, Giulia. Estética: Procura por procedimentos não cirúrgicos aumenta 390%. Disponível em:

<<https://www2.cirurgioplastica.org.br/2017/10/27/estetica-procura-por-procedimentos-nao-cirurgicos-aumenta-390/>>. Acesso em 08/04/2020.

<sup>49</sup> SERRA, Giane Moliari Amaral; SANTOS, Elizabeth Moreira dos. Saúde e mídia na construção da obesidade e do corpo perfeito. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 8, p. 691-701, 2003.



citados por Serra e Santos (2003). Além disso, para alcançar seus objetivos, muitas vezes irreais, acabam se submetendo a procedimentos que muitas vezes não dão certo, causando diversos transtornos.

Para além da saúde física, a questão psicológica também é de extrema importância. Diante dos padrões impostos, o preconceito é latente para muitos tipos longe do que propagam como ideal.

A mulher que é gordinha, por exemplo, sofre gordofobia e, como consequência, depressão. Elas são vistas como pouco saudáveis e fora de forma, sendo que na verdade apenas não se encaixam no padrão estipulado como o correto. Diante de muita luta e conscientização, muitas mulheres têm se empoderado, aceitando-se e se assumido do jeito que são. A mídia e o capital parecem querer um pouco desse novo mercado e acabam apoiando, em alguma medida longe do ideal, esse movimento de autoaceitação e empoderamento. Assim, hoje já é possível encontrar lojas específicas para as mulheres de corpos maiores e desfiles *plus size*.

O racismo também é um fator que afeta diretamente os conceitos de beleza. Assim, as mulheres negras, desde sempre, vêm lutando para assumir seus espaços e suas identidades. Nesse movimento, notamos movimentos de empoderamento preocupados em valorizar a diversidade dos cabelos afro e a pele negra. E através de grandes movimentos, vêm ocupando alguns espaços em várias partes do mundo. A exemplo do que citamos no caso das gordas, a mídia e o capital também já abrem algum espaço para as negras.

Ser gorda, magra, loira, morena, preta, alta ou pequena são características que são estereotipadas para induzirem as pessoas a manterem uma forma física e estética parecida/igual a todos, de acordo com o que a indústria oferece. Gente feliz compra menos. No entanto, é preciso mais discussão sobre esse tema dentro das nossas comunidades, na universidade, nas escolas do campo e da cidade, pois essa é uma situação muito comum a todos, tanto nos grandes centros como nos pequenos interiores. É preciso dar voz para que essas pessoas se expressem, notem suas belezas, conheçam o jogo da indústria, se empoderem a partir dos debates

e discussões, alternativamente às meras imposições das classes majoritárias trazidas pela mídia convencional.

É preciso olhar com criticidade para o nosso contexto de atuação, na vida social e profissional, para encontrarmos formas de motivar o empoderamento feminino e a autoaceitação. Para isso, é muito importante pensar em estratégias que mostrem que o padrão de beleza é injusto e não é nada bonito; que devemos ser aquilo que nos faz bem, que não nos reprima, mas nos liberta.

## 14 ABAIXO A MERITOCRACIA

Por Márcio Feliciano e Vinicius Baldaia

*Estamos em uma sociedade desigual, em um país em eterna construção. Em meio a tanta desigualdade, um sistema de méritos e direitos que considere todos iguais, ao em vez de conseguirem diminuir a desigualdade, vão mantê-las pelo uso da má-fé.*



Fonte: <pixabay.com>

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>50</sup>, todos somos diferentes, mas apesar disso somos todos livres e merecemos ser tratados igualmente, mas com respeito às nossas diferenças.

---

<sup>50</sup> Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 15/04/2020.

Entre os artigos da Declaração, há várias referências à liberdade, a saber:

- Artigo VII: Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.
- Artigo XVIII: Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular.
- Artigo XIX: Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Em um país como o Brasil, que iniciou sua história afundado em um mar de lama, sangue e sofrimento, atender a tais artigos tem-se mostrado um grande desafio. A escravidão por aqui durou 388 anos e fomos, assim, o último país do ocidente a aboli-la. A assinatura da Lei Áurea, em 1888, foi um grande marco para história, pois tiveram de volta suas liberdades, deles tiradas quando foram arrancados das suas terras de origem para o trabalho escravo. No entanto, não foi dada nenhuma ajuda governamental ou indenização pelos anos de trabalhos forçados. Assim, perpetua-se a desigualdade e mantêm-se o trabalhador de baixo custo.

Nesse tipo de sociedade, não é possível esperar igualdade de oportunidades, pois as relações sociais permanecem e as desigualdades são muito grandes. As políticas públicas, como pode facilmente ser notado, atendem às demandas sociais das classes dominantes, que usam de má-fé e se apropriam dos recursos do estado, sustentados pelos impostos de toda a população, para benefícios próprios.

Neste cenário, a meritocracia é utilizada para valorizar as classes dominantes, pois partir de pontos iguais da pirâmide social só é

justo em um país com razoável igualdade de condições. Com as diferentes condições que temos dentro do país, meritocracia aprofunda ainda as diferenças entre comunidades rurais e povoados quilombolas, que plantam e alimentam as cidades.

Não podemos desvalorizar nossos esforços, que são muito importantes para reduzir as desigualdades, mas temos que abrir mais o leque das observações e problematizar as situações para percebermos as diferenças e lutarmos por situações menos desiguais. Para isso, é necessário criar mais acesso a escolas e universidades de qualidade, cursos de formação técnica e graduações, hospitais, sistemas de atendimentos sociais e segurança. Todos esses acessos, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, são direitos de todos. E afinal: pagamos impostos.

A quem diga que as lutas sociais são ineficazes, que são vitimismo uma vez que as oportunidades são iguais e que as classes mais baixas não se esforçam o suficiente. Trata-se de uma ideia errônea que não condiz com a nossa realidade, pois há dívidas históricas e privilégios diversos que não propiciam as mesmas oportunidades para todos.

Não é uma questão de escolha viver em complexo de favelas no Brasil e as diferenças, como do ensino de escolas públicas e privadas, são muitas. Assim, a linha de largada na busca de um curso superior é bastante diferente se considerarmos as realidades diferentes que existem no Brasil. Nas classes mais baixas, há poucos casos de superação. Assim, temos que propor políticas de compensação.

A lei de cotas, assim como as poucas políticas públicas que temos, busca equilibrar a balança da sociedade que pende as classes mais altas. Não é mérito, mas compensação pelo preconceito e pelo racismo estruturais que não permitem que as desigualdades entre as classes diminuam. A meritocracia existe, mas deve considerar as histórias individuais. Não pode ser, no entanto, desculpa governamental para a diferença social. Também não é esmola,

como pontua, na música "**Cota não é esmola**", da cantora Bia Ferreira<sup>51</sup>:

*"Não venha me dizer que isso é vitimismo,  
não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo".*

Discussões como essas devem ser buscadas e aprofundadas em diversos espaços, como as rodas de conversa entre amigos e até mesmo em conversas descontraídas entre familiares. Assim, podemos promover uma visão mais crítica das nossas realidades para que os nossos jovens saibam o quanto é importante entender e compreender a nossa sociedade. Para compreender, ainda, que nunca foi fácil a caminhada, mas compreensão torna-se mais fácil a ocupação de espaços para diminuir o racismo e o preconceito disfarçados de meritocracia. Pode ser em passos lentos, mas só assim conseguiremos diminuir as desvantagens entre as classes sociais.

---

<sup>51</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QcQlaoHajoM>>. Acesso em: 01/07/2019.

## 15 INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO BRASIL

Por Radiélica Rocha de Araújo e Elisalma Maria Ferreira Perpétuo

*O Brasil é uma sociedade com preconceito religioso, apesar da Constituição de 1988, em seu artigo 5º, inciso VI, assegurar o direito do cidadão exercer qualquer tipo de religião. Contudo, práticas de intolerância constroem e até impedem alguns de exercitarem tal direito. Esse tipo de comportamento fere a dignidade humana e, portanto, deve ser combatido veementemente.*



Foto editada do original disponível em <pixabay.com>

É notório o crescimento da taxa de violência com relação às diferentes crenças. Sendo assim, compete ao Poder Público, juntamente com os setores socialmente engajados, além de pessoas que têm a capacidade de influenciar e modificar a opinião, dar uma maior atenção ao problema. A Intolerância religiosa se resume na atitude caracterizada pela falta de respeito e reconhecimento das diferenças de crenças religiosas, e infelizmente tomou uma proporção muito grande. Para Lui (2007)<sup>52</sup>, isso está diretamente ligado ao que muitos religiosos chamam da teologia da batalha, que incitaria fiéis à intolerância. Como cita a autora:

---

<sup>52</sup> Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872008000100011>>. Acesso em: 22/04/2020.

A chamada teologia da batalha espiritual tomou força nas duas últimas décadas, junto com o crescimento do universo evangélico que inclui hoje forte poder midiático e político. Essa expansão evangélica no Brasil também fez eclodir atos de intolerância religiosa praticados contra as religiões afro-brasileiras, principalmente partindo de neopentecostais. Desde que o fundador da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), o bispo Edir Macedo, declarou guerra aos "orixás, caboclos e guias" numa clara alusão aos elementos dos rituais do candomblé, da umbanda e do espiritismo, jornais, revistas e a mídia em geral têm noticiado os constantes ataques sofridos pelas religiões de matriz africana. O demônio iurdiano leva o nome de "exu", "pomba-gira", "encosto", ou seja, para esses neopentecostais tudo que se refere às religiões afro-brasileiras é contagioso; é obra do diabo e deve ser evitado por aqueles que optaram por "aceitar Jesus" (LUI, 2007, on-line).

Cada indivíduo tem uma maneira única de pensar, construída a partir da maneira como os indivíduos interpretam aquilo que vivenciam. Assim, é natural que cada um tenha sua própria crença baseada em suas experiências pessoais nessa realidade de tanta diversidade. Assim, respeitar a opinião e forma de viver do outro é nosso dever como cidadão com princípios e valores éticos. Além disso, temos uma legislação, mesmo que precária, desde a Constituição de 1988, já citada. Mas, infelizmente, a lei não funciona na prática. Nas últimas décadas, humilhações públicas motivadas pela declaração de fé causaram crimes diversos no país, ou seja, o noticiário nos mostra que nossa constituição não tem sendo cumprida em seu artigo 5º. Um exemplo horrendo que trazemos é uma notícia sobre apedrejamento de uma criança de 11 anos no Rio de Janeiro em 2015 em decorrência de sua religião, de vertente afro-brasileira<sup>53</sup>. Mas não fica por aí. O crescente número de denúncias relacionadas à intolerância religiosa constatadas nas últimas décadas comprova que uma parcela da população brasileira

---

<sup>53</sup> Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/vitima-de-intolerancia-religiosa-menina-de-11-anos-apedrejada-na-cabeca-apos-festa-de-candomble-16456208.html>>. Acesso em: 22/04/2020.



ainda não tem acesso à plena liberdade religiosa. Em matéria do portal G1<sup>54</sup>, Khátia Mello pontua:

No primeiro semestre de 2014, o serviço do Disque Direitos Humanos (Disque 100), da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), registrou 21 denúncias de ofensas à religião no estado do Rio de Janeiro. Mais da metade das ligações de todo o ano passado, com total de 39 denúncias no estado.

Diante do cenário, é necessário combater a intolerância religiosa para que as pessoas tenham o direito de exercer sua crença, ou de não a ter, e de expressá-la e professá-la livremente. Para isso, é preciso que os órgãos especializados, como a Polícia Civil, em parceria às delegacias de denúncia, ajam de acordo com a lei e investiguem e punam os agressores da forma correta, bem como os incentivadores. Também cabe ao Poder Público, juntamente aos setores socialmente engajados e formadores de opinião, como a mídia, trabalhem para conscientizar e amenizar o preconceito. As igrejas também devem criar debates a fim de promover combate à intolerância e informar as pessoas dos seus direitos perante a lei, além de abolir toda e qualquer "batalha teológica". Nas escolas, há de se desenvolver trabalhos também voltados ao respeito aos direitos humanos, bem como promover o diálogo com a comunidade nesse sentido, o que conduziria a uma sociedade mais justa e igualitária.

---

<sup>54</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/09/rj-tem-o-2-maior-numero-de-casos-de-intolerancia-religiosa-do-pais.html>> Acesso em: 22/04/2020.

## 16 O RACISMO E A POBREZA DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA

Por Leidimar Gomes da Costa e Nayara Pereira Gomes

*A sociedade brasileira deve enfrentar de frente um de seus maiores obstáculos: aceitar sua própria diversidade e combater o racismo. O Brasil é um país de grande miscigenação e a maioria de seus habitantes descendem dos negros, porém o racismo persiste em grande intensidade causando inúmeros problemas como a exclusão, desigualdade racial e social.*



Fonte: <pixabay.com>

Convém discutirmos como o racismo se insere na sociedade nessa opressão histórica que hierarquiza as etnias. O racismo surge na sociedade a partir do período colonial, com a exploração e dominação dos povos indígenas e africanos. A segregação racial é uma herança que perdura e, nos dias atuais, após 198 anos da "independência" da colônia, ainda enfrentamos um cenário cujas

peças têm seu valor definido pela quantidade de melanina que possuem, ou seja, pela cor da pele.

Não podemos desconsiderar os avanços que o povo negro alcançou no decorrer do tempo como o acesso à educação crescente nos últimos anos. A Lei Áurea, promulgada no ano de 1888, em tese, extinguiu a escravidão dos negros no Brasil; no entanto, os negros, mesmo livres perante a lei, foram jogados nas ruas e, desde então, estão presos ao racismo e, conseqüentemente, a péssimas condições de vida devido à grande dificuldade de conseguir empregos. Com baixos salários, vivem, em maioria, nas favelas e demais periferias urbanas. Analisando os efeitos ocasionados pelo racismo, é lamentável. Por isso, é imprescindível apresentar claramente sua grande contribuição no aumento da pobreza da população negra brasileira, que é afetada diretamente, ainda, no acesso ruim à saúde, à educação, à moradia, entre outros. A constituição de 1988 estabelece o racismo como crime, porém isso ainda não tem sido suficiente para que os opressores reavaliem seus atos perante a sociedade, como vemos na mídia cotidianamente.

O nível de pobreza no Brasil tem se elevado nos últimos anos em decorrência da crise política e econômica da nação. Nas trilhas do neoliberalismo, ainda que sejamos um país rico e com diversas potencialidades, o país enfrenta o aumento desenfreado do desemprego e, conseqüentemente, de pobreza. Após a pandemia do coronavírus chegar ao Brasil, as expectativas só pioram. O desemprego acompanha frequentemente o povo negro, que muitas vezes não consegue emprego por não se encaixar em um padrão imposto desde muito tempo pela sociedade, que defende que as pessoas brancas e de cabelos lisos são rotulados como pessoas superiores e mais capacitadas para lidarem com o público.

Segundo Carmo (2017)<sup>55</sup>, a relatora especial das Organizações das Nações Unidas sobre questões de minorias afirma que os negros brasileiros correspondem a 70,8% de todos os 16,2 milhões que vivem em situação de extrema pobreza. Esses dados são tão significativos como alarmantes, pois comprovam que os negros

---

<sup>55</sup> Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/A-pobreza-brasileira-tem-cor-e-%C3%A9-preta>. Acesso em 28/04/2020.

estão enfrentando uma luta injusta por direitos, uma vez que perdem a valorização de suas capacidades por serem diferentes. As dificuldades enfrentadas por esse povo são inúmeras, desde o respeito dos demais indivíduos quanto o acesso a políticas públicas e espaços formativos, até a morte por "suspeitas", como também se vê nos noticiários.

Analisando ainda a situação de pobreza no país, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>56</sup> para 2016 mostram que entre os 10% mais pobres da população brasileira, 78,5% são negros (pretos ou pardos), contra 20,8% de brancos. Já entre os 10% mais ricos, a situação se inverte: 72,9% são brancos e 24,8% são negros. Nesse sentido, é indubitável que a população negra apresenta mais fragilidade e se encontra em um cenário cujo suas potencialidades são menosprezadas pela sociedade racista. Não se pode camuflar esse fato, apesar de a sociedade insistir em esconder os problemas causados pelo racismo. Se pararmos para analisar a mídia, notamos que os papéis que as pessoas negras ocupam são sempre inferiores (empregados domésticos, faxineiros, pobres e marginais) e em menor quantidade, tornando notório o racismo.

Outra questão que a mídia não expõe é o racismo no mercado de trabalho, onde os cargos e profissões que as pessoas negras ocupam são, na maioria das vezes, funções de baixa remuneração. Isso nos mostra o quanto o racismo contribui para o aumento da pobreza, pois se as pessoas não conseguem acesso ao mercado do trabalho, de qualidade, evidentemente não têm acesso à renda. Nesse debate, é discutível e duvidoso que a pobreza não esteja relacionada à cor da pele, mas à capacidade e persistência das pessoas em buscarem melhores condições de vida. Pois para falarmos sobre a meritocracia é necessário compreender que ela só se torna possível quando os envolvidos partem do mesmo ponto, sob as mesmas condições. Nesse sentido, deve-se compreender o contexto em que cada pessoa está inserida, pois, mesmo que haja oportunidades, os sujeitos possuem condições diferentes de acesso ao conhecimento. Há uma grande diferença entre justiça e

---

<sup>56</sup> Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2018/11/30/negros-sao-78-entre-os-mais-pobres-e-somente-25-entre-os-mais-ricos/>>. Acesso em 28/04/2020.

igualdade e a população negra possui dificuldades de acesso à educação, ao mercado de trabalho e a políticas públicas, o que torna complexa sua estabilidade financeira. Assim, para garantir igualdade, haveria de se oferecer a essa população as mesmas possibilidades de acesso a escolas, artefatos e bens culturais como bibliotecas, cinemas, teatros, viagens etc.

Partindo dos argumentos e constatações postos, medidas se tornam tão necessárias quanto urgentes e cabe ao estado ampliar as políticas afirmativas como o aumento e facilitação da reserva de vagas para os negros nas empresas. Também, se faz necessário que a sociedade valorize os produtos provenientes dos afrodescendentes como artesanato e comidas típicas. Outra medida cabível é o desenvolvimento de projetos educacionais nas escolas visando atenuar os efeitos e diminuir os preconceitos. Espera-se com tais ações erradicar esse impasse que vem há anos assolando nossa população e contribuir para a constituição de uma sociedade mais justa e igualitária.

Conheça a nossa universidade:

[www.ufvjm.br](http://www.ufvjm.br)



Encontre esta e outras obras da nossa universidade em formato digital no nosso repositório institucional:

<http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/>



Os artigos de opinião aqui reunidos, assim, partem de reflexões propostas pela ementa da referida disciplina, a saber: “Debate e reflexão sobre identidade/alteridade, diversidade/diferença e educação em espaços formais e informais. O educador, a escola e as culturas de exclusão: racismo, machismo e fobias sociais. Os espaços educativos, inclusão, empoderamento e opressão. Gênero e diversidade sexual na educação.”

Os 16 textos que compõem esta coletânea foram originalmente publicados no site do projeto *Olhares do Campo: laboratório de comunicação comunitária*, centrado na produção de textos jornalísticos por e para comunidades camponesas, de 13 de janeiro a 24 de abril de 2019. As temáticas, dentro do espectro da diversidade em uma perspectiva decolonial, foram escolhidas pelos próprios estudantes, bem como a organização duplas e trios.

Este caderno, traz, assim, vozes camponesas e quilombolas sobre os seguintes temas: educação sexual, apropriação cultural, cultura do estupro, consumo e trabalho, culturas indígenas, meritocracia, intolerância religiosa, racismo, diferenças de classes, adoção, famílias LGBTQs, visibilidade trans, e tantos outros transversais. Os convido, leitoras e leitores, para lerem essas vozes e conhecerem outros pontos de vista e outras realidades.

Carlos Henrique Silva de Castro

Agosto de 2020

